

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

**INIZABETE MARTINS DE SOUZA**

**O INSTITUTO DA AUTODECLARAÇÃO  
NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO  
2016**

**INIZABETE MARTINS DE SOUZA**

**O INSTITUTO DA AUTODECLARAÇÃO  
NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS**

Monografia apresentada à fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborado sob a orientação do Professor Mestre Afonso Maria das Chagas.

**CACOAL – RO**

**2016**

Souza, Inizabete Martins de.

S729i O instituto da autodeclaração nos concursos públicos federais/  
Inizabete Martins de Souza – Cacoal/RO: UNIR, 2016.  
68 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientador: Prof. M.e Afonso Maria das Chagas.

1. Direito civil. 2. Legitimidade. 3. Ação afirmativa. 4.  
Subjetividade. I. Chagas, Afonso Maria das. II. Universidade  
Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 347

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**O INSTITUTO DA AUTODECLARAÇÃO  
NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS**

**INIZABETE MARTINS DE SOUZA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Gonçalves Quiles, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor Mestre Afonso Maria das Chagas – UNIR – Presidente

---

Professora Mestra Kaiomi Mestre de Souza Oliveira Cavalli

---

Professor Mestre Victor de Almeida Conselvan

Conceito:8,7

Cacoal, 31 de maio de 2016.

Dedico este trabalho a Deus, digno de toda honra e glória; ao meu pai, a minha mãe, marido *in memoriam*, aos meus filhos FAGNER e HARIELY e a todas as pessoas que me apoiaram para que este projeto de vida se concretizasse.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer primeiramente a Deus que me concedeu força, ânimo, sabedoria, paciência e perseverança em lutar pelos nossos ideais.

Agradecer as muitas pessoas que durante estes últimos cinco anos participaram da minha vida, algumas já de longas datas, como os Professores Maurílio, Andreia, Adenilson, Norival, Lobo, Darticleia, Socorro, Antônia Édna, Ninon, Vanusmeire, Keila, Evandro e tantas outras que sem ajuda delas seria difícil cursar o curso de Direito.

Ao meu orientador Ms Afonso Maria das Chagas que dedicou muito do seu tempo me orientando, embora tivesse outros interesses a resolver. Obrigada pelos ensinamentos, atenção, amizade e dedicação ao longo deste período.

Ao Ms Silvério dos Santos Oliveira, meu professor, exemplo a ser seguido, que sempre desempenhou atividades no Campus para o melhor resultado do curso de Direito.

A todos os meus professores que são os maiores responsáveis por eu estar concluindo esta etapa da minha vida, compartilhando a cada dia os seus conhecimentos conosco.

Aos meus colegas de turma Geralda, Diones, Elaine, Miryan, Meregildo, Arnom, Fábio, Adriano, Antônio, Douglas, Sidney, Miller, Raquel que, além de se tornar em amigos ensinaram-me a conviver com tantas diversidades.

Aos meus pais Manuel e Maria Rosa que, acreditando em mim, possibilitaram-me e incentivaram a estudar.

Às minhas irmãs Marcilene, Zilda, Moacir e Maria José que, por muitas vezes expressaram palavras de motivação e sempre prontas a me ajudar.

Aos meus amigos e amigas da Escola Josino Brito que me ajudarem, direta ou indiretamente nesta jornada de estudo.

Ao meu companheiro Silvino que sempre me incentivou e acreditou no meu trabalho.

Obrigada a todos vocês por participarem desta minha etapa, pois direta, ou indiretamente me fizeram crescer, tanto pessoalmente como profissionalmente.

“O êxito não é resultado do acaso, mas da insistência m seus objetivos”

## RESUMO

A presente pesquisa tem por escopo analisar o contexto, os fundamentos, a aplicabilidade e a eficiência do Instituto da Autodeclaração prevista no art. 2º da Lei 12.990/14 sob a ótica dos princípios da verdade real, da igualdade, da isonomia e da dignidade da pessoa humana perante aos 20% das vagas destinadas aos “candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”. Também verificar-se-á a sua efetividade como uma ação afirmativa de reconhecimento e reparação de danos aos afrodescentes pelos aproximadamente 400 anos de escravidão. Correlaciona à análise dos casos forenses com a constitucionalidade da referida lei a partir dos princípios da igualdade, proporcionalidade e razoabilidade, levando em consideração a limitação do estado por falta de norma regulamentadora do dispositivo legal. Estudar as decisões judiciais que ratificaram ou retificaram a legitimidade do candidato que ao se inscrever no concurso público federal se candidatou para concorrer às vagas reservadas aos negros e pardos. A pesquisa realizou-se com a utilização dos métodos: o científico, o dialético, o indutivo, o hipotético e dedutivo.

**Palavras-chave:** Legitimidade. Princípios Constitucionais. Discriminação Racial. Ação afirmativa. Subjetividade.

## **ABSTRACT**

This research has the scope to analyze the context, the foundations, the applicability and the Self-declaration of the Institute's efficiency provided for in art. 2 of Law 12.990 / 14 from the perspective of the principles of real truth, equality, equality and dignity of the human person before the 20% of vacancies for the "black candidates those who self declaret black or brown in the act of registration in the contest public as the color or race Question used by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. " Also verify shall be its effectiveness as an affirmative action to recognize and repair damage to afrodescendentes by about 400 years of slavery. Correlate the analysis of forensic cases with the constitutionality of the law on the principles of equality, proportionality and reasonableness, taking into account the limitation of the state for lack of a regulatory provision the legal provision. Study the judicial decisions that have ratified or rectified the candidate's legitimacy to enroll in the federal public tender applied to compete for seats reserved for blacks. The research was conducted with the use of methods: the scientific, dialectical, inductive, deductive and hypothetical.

**Keywords:** Legitimacy. Racial Constitutional. Discrimination principles. affirmative action. Subjectivity. Lack of regulation



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 DA ESCRAVIDÃO À ABOLIÇÃO: A CONDIÇÃO NEGRA ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES.....</b>	<b>11</b>
1.1 A INFLUÊNCIAS PARA O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS .....	15
1.2 A PRIMEIRA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA LATINA.....	18
1.3 O BRASIL, O ÚLTIMO PAÍS DA AMÉRICA LATINA A ABOLIR A ESCRAVIDÃO.....	21
1.4 A MANUTENÇÃO DA LIBERDADE APÓS A ABOLIÇÃO E OS LIMITES DO DISCURSO ANTIESCRAVISTA .....	23
<b>2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS MARJORADAS PELA RAÇA E A COR DAS PESSOAS.....</b>	<b>28</b>
2.1 O PARÂMETRO DA COR UTILIZADAS NOS CENSOS DO IBGE PARA IDENTIFICAR A RAÇA.....	30
2.2 A COR COMO DIVISOR DAS ETNIAS .....	33
2.3 A AUTODECLARAÇÃO E A SUPERAÇÃO DO MEDO E DO PRECONCEITO .....	37
2.4 O RECONHECIMENTO DAS ETNIAS E RAÇAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	40
<b>3 AÇÕES AFIRMATIVAS SOBRE A ÓTICA DOS DIREITOS SOCIAIS E SUA CONSTITUCIONALIZAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AÇÕES AFIRMATIVAS .....	43
<b>4 A APLICAÇÃO DA LEI DE COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS (LEI 12.990), QUE RESERVA 20% DAS VAGAS A CANDIDATOS QUE SE AUTODECLAREM PRETOS OU PARDOS .....</b>	<b>49</b>

4.1 O JUDICIÁRIO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa contextualizará o Instituto da AUTODECLARAÇÃO desde os avanços das discussões de igualdade racial do período colonial até as mais recentes as discussões e decisões sobre a Lei 12.990, a qual estabelece a reserva de 20% das vagas dos concursos públicos federais no Executivo para os candidatos que se autodeclarem negros e pardos.

Para balizar a pesquisa parte-se da premissa que o Brasil é um país multicultural, e dentre essas diversidades, a cultura africana é a que mais sobressaiu desde o período de colonização.

A presente pesquisa percorrerá discussões jurídicas, sociológicas encontrar respostas para as seguintes questões: Como tem sido efetivada a lei nº 12.990/14? Tendo em vista que o país possui uma minoria branca, logo qualquer candidato teria legitimidade para se inscrever nos públicos federais para disputar as vagas reservadas aos negros e pardos se utilizando do Instituto da Autodeclaração?

No primeiro capítulo o estudo permeará pelo período colonial com abordagem das relações sociais entre os brancos e os negros no Brasil e também no mundo até depois da abolição da escravidão.

No segundo capítulo a pesquisa avança na discussão das desigualdades sociais com o enfrentamento dos discursos dos institucionalidade de identificação da raça e cor, quando surge o Instituto da Autodeclaração no Censo demográfico com distinção da população brasileira por meio da raça e cor.

No terceiro capítulo faz apontamento sobre as ações afirmativas como uma necessidade de amenizar os desníveis sociais marcados por discurso constitucional contido de ideais humanísticos num país onde a população era composta de uma minoria rica e branca e do outro lado a maioria pobre e preta.

É importante mencionar que apesar dos avanços por igualdade social ocorreram diversas melhorias em várias áreas, como educação, saúde, transporte e comunicação não se pode esquecer que por muito tempo impera na sociedade um discurso demagógico da igualdade racial, e que somente foi amenizado com as ações afirmativas com cotas nas universidades, bolsas de financiamento para estudantes e recentemente a criação Lei 12.990, que reserva 20% das vagas em concursos públicos para os candidatos negros que se declararem pretos ou pardos.

No quarto capítulo a pesquisa busca apresentar como tem sido efetivada a Lei 12.990 e quais os problemas que têm surgidos pela falta de sua regulamentação, pois não há critérios objetivos ou mesmo requisitos para os candidatos se enquadrem, bastando tão somente autodeclarem pretos ou pardos durante a realização da inscrição do concurso.

Por outro lado, essa lacuna legislativa tem se provocado nos candidatos que ora se sentem injustiçados por não ter seu direito à vaga, ou porque constataram que o candidato que assumiu a vaga que poderia se sua não apresenta características de afrodescentes. Diante deste senso de injustiça a sociedade tem buscado no Judiciário uma resposta.

Observou-se durante a pesquisa que o Judiciário tem posicionamentos diferentes diante dos casos concretos, causando certa insegurança jurídica diante do Instituto da Autodeclaração constitucionalmente reconhecido na Lei 12.990/2014.

O cerne da discussão nesta pesquisa suporte é apontar como causa geradora dos conflitos judiciais em especial, mas também social sobre qual recai a falta de regulamentação, o que dificulta a aplicação da Lei nº 12.990 de forma satisfativa para a devida compensação dos séculos de discriminação racial.

A lacuna na legislação por não possuir uma regulamentação e de fato efetivar o Instituto da Autodeclaração pode ser causadora de insegurança jurídica diante das decisões controvertidas do Judiciário para toda sociedade brasileira, esta possui a maioria da população que tem se autodeclarada ser negra ou parda. E que algumas sentenças judiciais podem acabar aumentando ainda mais o senso de injustiça e provocando sentimentos de preconceito social

## **1 DA ESCRAVIDÃO À ABOLIÇÃO: A CONDIÇÃO NEGRA ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES**

Para dar início a esta abordagem apresenta-se nesta pesquisa as origens das desigualdades sociais no Brasil, tendo como pano de fundo a discriminação racial desde o período colonial.

Para tanto, far-se-á breves considerações à formação social e capitalista brasileira, à fundação do Estado nacional como resultado do processo de Independência que não previa o fim do regime de escravidão e às relações inter – raciais construídas na sociedade a partir de então.

Primeiramente, é importante compreender que o processo de colonização portuguesa engendrou-se pelas linhas do sistema mercantilista a partir de uma política econômica que visava o enriquecimento da metrópole e que o colonizador português não veio para o Brasil com o objetivo de povoá-lo, mas obter suas riquezas a fim de servir o mercado europeu e mundial. É neste contexto que se fundaram os elementos que constituem a nossa história.

A opção pela grande propriedade ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. Além disso, pequenos proprietários autônomos tenderiam a produzir para a sua subsistência, vendendo no mercado apenas um reduzido excedente, o que contrariaria os objetivos da Coroa e dos grandes comerciantes (FAUSTO, 2008, p. 48).

A política de colonização da metrópole portuguesa primava-se no incentivo à empresa comercial, que previa a exportação de uma pequena variedade de produtos em grande escala, e na grande propriedade rural. E nesta linha Viera (2014, p. 18) contribui:

A inscrição do processo de colonização do Brasil ao capitalismo mercantil, no século XVI, ocorreu a partir do desenvolvimento interno da produção agrícola, em grandes extensões de terra, de artigos tropicais inteiramente voltados para a exportação.

Com o surgimento do comércio da mão-de-obra negra para ser escrava nas Américas a partir do tráfico negreiro, o Brasil chegou ter mais de quatro milhões de negros africanos, o que resultou em mais de três séculos de escravidão. O Brasil hoje tem uma das maiores populações de afrodescendentes do mundo.

As lutas mais longas e mais duras e sangrentas que se travaram no Brasil foram a resistência indígena secular e a luta dos negros contra a escravidão, que duraram os séculos do escravismo. Tendo início quando começou o tráfico só se encerrou com a abolição.

Sua forma era principalmente a da fuga, para a resistência e para a reconstituição de sua vida em liberdade nas comunidades solidárias dos quilombos, que se multiplicaram aos milhares (RIBEIRO, 2006, p. 202).

Depois de tantas atrocidades cometidas contra os negros em prol do progresso surgem os movimentos abolicionistas no país, mas somente depois de quase quatro séculos de escravidão a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que tinha pretensão extinguir o trabalho escravo no Brasil, isso em 1888 – tendo em vista que até hoje existe o trabalho escravo – hoje não mais chamado assim –, porém, é chamando de trabalho análogo ao de escravo.

De acordo com Silva (1987), a História dos negros no Brasil ainda é marcada por três grandes períodos: escravidão, colonialismo e formas de resistência (política e religiosas). No período da colonização das Américas os negros eram capturados de seus territórios na África e trazidos por navegadores de vários países da Europa e das Américas para serem comercializado como escravos para os senhores de engenho. Esse episódio foi facilitado pelo apoio do Papa Nicolau V.

[...] Nicolau V, através da publicação da bula *Romanus Pontifex*, assinada em 8 de janeiro de 1455, que outorgava poderes de captura dos negros africanos aos navegantes portugueses, tendo como missão retirá-lo da servidão perpétua, batizá-lo e integrá-lo nos modelos de sociedade adotados pelos novos colonizadores (SILVA, 1987, p. 8).

Aliado aos interesses do rei de Portugal, o papa Nicolau procura arrebatrar as crenças dos negros condicionando-os a aceitar o catolicismo, expandindo assim o domínio da igreja e o poder territorial do Estado. E assim, a igreja católica com propósito de catequização cristã permaneceu por muito tempo apoiando toda a crueldade imposta aos negros. A legitimidade que a Igreja via na escravidão e o caráter indissociável desta à colonização fica evidente já na primeira bula que Roma edita ratificando a expansão portuguesa. De acordo com Boxer (1991, p. 17) na *Dum Diversas*, de 1452, o sumo pontífice não só autorizava o monarca português a

conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo como também a capturar seus bens e territórios, além de submetê-los à escravidão.

Nas concessões papais evidenciavam-se a diferença hierárquica natural vista entre os cristãos e os não-cristãos, o que fundamentava de forma clara a concepção de uma sociedade que viria a ser formada por desiguais.

Constata-se que em relação ao povo africano escravizado no país as suas culturas, ideologias e crenças, não tinham nenhuma consideração, simplesmente eram obrigados a deixar tudo para servir aos colonizadores, de acordo com Silva (1987, p. 23)

No desenrolar dessas investidas, por terras africanas, a Coroa cria novas leis que favorecem a prática arbitrária do aprisionamento e transporte de escravos para o Brasil. Em 1522, o papa dá a D. João III o direito ao padroado, concedendo assim amplos poderes ao rei para arrebanhar a maioria possível de “novos crentes” à fé católica, fortalecendo ao mesmo tempo empreendimentos, afetos à exploração da economia nativa e ao crescimento territorial da Coroa.

Ainda Silva (1987, p. 32), as estimativas que atualmente têm merecido mais destaque, sobre o número de negros trazidos para o Brasil, é de aproximadamente 3,6 milhões de escravos negros nos três séculos de tráfico negreiro ao Brasil, sem contar o grande número de negros que eram jogados no mar, mortos ou vivos, durante a viagem. O tráfico de negros aliado à captura e exploração dos trabalhos dos nativos indígenas, também com o apoio da igreja católica na suposta “catequização” foram essenciais para o crescimento da economia do país durante todo o período de colonização.

No período de escravidão apesar de toda repressão, a luta dos escravos pela reconquista da liberdade foi concebida desde o início do cativeiro, pois resistiam a sua captura, e seus “donos” os separavam por tribo ou etnia de modo a evitar a resistência conjunta através da redução ao estado de incomunicabilidade (dado que falavam diferentes línguas). A redução à imobilidade e a redução ao silêncio, ao lado da ameaça à integridade física com castigos devidamente planejados e hierarquizados, tinham como finalidade evitar, controlar a reação ao aprisionamento e a fuga, individual ou coletiva, do negro prisioneiro.

Segundo Menezes (2009, p. 84) já no primeiro século de colonização portuguesa do Brasil se tem notícia da formação dos “quilombos”, lugares onde viviam os negros fugidos que passam a formar um novo agrupamento social, à

margem da sociedade e colonial construída pelos portugueses, e dedicada à caça, à pesca e à agricultura de subsistência. Quilombos houve, como os dos Palmares, localizados na região da Serra da Barriga no atual estado de Alagoas, num conjunto de aldeamentos onde viviam negros, índios e mestiços. Os palmarinos resistiram à repressão por mais de sessenta anos - entre 1620 e 1680 - tanto dos portugueses como dos holandeses, no período em que estes dominaram a região de Pernambuco. Palmares teve um grande número de habitantes, que inclusive comerciavam com moradores de pequenas vilas da região.

Segundo Silva (1987, p. 28), os negros procuravam manter um *elo* de sobrevivência entre os costumes e crenças adquiridas nas terras africanas. Esse *elo* ganhava força com a fuga dos negros para os quilombos. Embora tivesse que praticar o catolicismo, religião oficial dos senhores de escravos, não deixavam de cultivar suas crenças, o *bantu*, a *fon*, a *iorubá* e até o *islamismo*. Os quilombos eram formados como aldeias onde reinava a liberdade para os negros, além de ser um lugar usado como esconderijo, para fugir do sofrimento, e tinham como características essenciais mostrar o protesto negro contra o sistema escravagista imposto sobre a raça negra como pode ser constatado no seguinte trecho:

- Mostrar a revolta contra os maus-tratos que sofriam todos os negros, negras, crianças e idosos, nesse período;
- Revelar a busca do povo negro por um espaço próprio para celebrar a sua fé e viver os seus costumes;
- Afirmar que a identidade negra estava sendo recuperada, após o genocídio nos navios negreiros, nas senzalas e nos trabalhos forçados (SILVA, 1987, p. 20).

Muitos quilombos foram criados pelos negros na busca dessa autonomia religiosa, pois realizam os cultos religiosos conforme seus costumes dançavam e cantavam as músicas de suas etnias. Cultivam alimentos para sua subsistência e educavam seus filhos sem interferência do estado e nem do senhor de engenho.

Uma vez eles sendo os refugiados eram caçados pelos senhores que com o apoio das forças do Estado que se organizavam em expedições para recuperar a mão de obra. Quando localizava os quilombos, seus habitantes eram capturados, barbaramente violentados, e trazidos de volta às fazendas para retornarem ao trabalho forçado nas lavouras e nas casas dos senhores de engenho. E toda a estrutura dos quilombos era queimada e suas plantações eram destruída para que o negro escravizados não evadisse em outra fuga.



## 1.1 A INFLUÊNCIAS PARA O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS

Percebe-se, que desde o tempo da escravidão, embora sofrendo todo tipo de repressão, os negros já lutavam pela dignidade da pessoa humana, que conforme Moraes (2003, p. 60),

A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Sendo a pessoa um sujeito de direitos e deveres que vão se ampliando com a luta por dignidade, a consciência vai surgindo novos direitos, todos com a ideia precípua de assegurar uma vida digna a todos. Para Luís Barroso (2000, p. 296), por exemplo, passar fome, não conseguir emprego ou simplesmente dormir ao relento, são situações que põem em jogo a dignidade da pessoa humana. Miranda (1991, p. 169) sistematizou algumas importantes características acerca do princípio da dignidade da pessoa humana a seguir:

a) a dignidade da pessoa humana reporta-se a todas e cada uma das pessoas e é a dignidade da pessoa individual e concreta; b) cada pessoa vive em relação comunitária, mas a dignidade que possui é dela mesma, e não da situação em si; c) o primado da pessoa é o do ser, não o do ter; a liberdade prevalece sobre a propriedade; d) a proteção da dignidade das pessoas está para além da cidadania portuguesa e postula uma visão universalista da atribuição de direitos; e) a dignidade da pessoa pressupõe a autonomia vital da pessoa, a sua autodeterminação relativamente ao estado, às demais entidades públicas e às outras pessoas.

Visto as explicações até então feitas, cabe afirmar que a dignidade da pessoa humana está vinculada à ideia de respeito à pessoa e garantia de condições mínimas de existência, o que se efetiva por meio dos direitos fundamentais básicos e com a escravidão dos negros contrapunha com ideais de liberdade, valorização cultural, valorização de suas crenças, de sua identidade e por uma sociedade mais justa e digna, sem preconceito e discriminação racial e social no final do século XIX.

Para Fonseca (2009, p. 57) algumas vitórias antecederam os discursos dos

políticos abolicionistas como: suspensão do tráfico negreiro, “Lei de Eusébio de Queirós”, (forçado pela Inglaterra) Lei do Ventre Livre (“libertação dos recém-nascidos”); “Lei dos Sexagenários” (“libertação dos idosos”). No entanto, essas leis não favoreciam somente os negros escravizados, mas, aos barões do café e outros escravistas como pode ser verificado a seguir:

Conhecida como Lei Eusébio de Queirós, foi aprovada no dia 4 de setembro de 1850. Visava acabar definitivamente com o tráfico escravista da África para o Brasil. No entanto, essa determinação legal não atingiu o tráfico imediatamente, que se prorrogou de maneira ilegal até o final do século XIX (FONSECA, 2009, p. 57).

Durante o período colonial, apesar das lutas dos movimentos abolicionistas nas Américas, a maior contribuição para o término do tráfico negreiro foi à interferência da Inglaterra que suspendeu o tráfico de escravo, isso motivado pela Revolução Francesa, 1789, que tinha por lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", este era defendido pelos jacobinos que representavam a baixa burguesia que aspiravam com participação da população na política e com mudanças estruturais na sociedade que beneficiassem os mais pobres.

A teoria jurídica de igualdade só criou suas raízes na Revolução Francesa (1789 – 1799), tendo sido inserida na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 na qual pode-se verificar no art. 1º *in verbis*:

Artigo 1º- Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum. Artigo 6º- A Lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através dos seus representantes, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, quer se destine a proteger quer a punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade, e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos (FRANCE, 1789) apud (HAAS, 2009. p. 174-175).

Diante da busca por igualdade e liberdade surge uma discussão imponente por volta de 1850, a Revolução Industrial, que exigiam mercados livres e consumidores legais. A exigência se dava em detrimento da necessidade de expandir o comércio para aumentar a linha de produção e consequentemente ampliar as riquezas dos burgueses. Logo, com fim do comércio de escravos para o Brasil, a partir da Lei Eusébio de Queirós, imposta pela Inglaterra as autoridades brasileiras se preocuparam com o status de país desenvolvido e industrializado.

Segundo Fonseca (2009), com o fim do tráfico de escravo, houve incentivo de imigração europeia, com objetivo de ocupar as propriedades rurais e impedir que a população negra livre mediante fuga, adquirisse seu pedaço de chão. Também fica implícito que outro objetivo do período era o branqueamento da população brasileira, conforme pode ser constatado na Lei de Terras de 1850, nº 601, em que a terra só poderia ser obtida mediante compra, verifique:

Em ofício de 27 de junho de 1884, o ministro da Agricultura, Antônio da Silva Prado, solicitava aos proprietários rurais que propiciassem o acesso à terra aos imigrantes, inclusive cedendo parte de pequenos lotes para que eles pudessem trabalhar. O Estado, por seu turno, procuraria ceder gratuitamente alguns lotes ou subsidiar a venda. Essa política pública adotada pelo Estado Imperial era contraditória, uma vez que a Lei de terras de 1850 dizia que a terra só poderia ser obtida mediante compra (FONSECA, 2009, p.58).

Com a condição de que quem poderia ser proprietário de terra seria aquele que pudesse pagar por ela, diminuía as chances dos negros em ter a propriedade, pois eles só tinham a mão-de-obra para negociar, e mais uma vez eles se sujeitavam a continuar trabalhando como vassalos.

E por outro lado, o governo brasileiro favorecia os imigrantes europeus que estavam chegando ao país com doações de lotes para trabalhar à terra, enquanto os negros já residentes no país já libertados não receberam nenhum incentivo do Governo para cultivar a terra senão a comprasse.

Outra lei que supostamente favorecia os povos negros era a Lei do Ventre Livre (1871), “toda criança que nasce a partir daquela data seria livre”. Deste modo, a Lei do Ventre Livre beneficiava os senhores de fazendas tirando lhes a obrigação de criarem as crianças negras, surgindo os primeiros menores abandonados do Brasil. Essa Lei não libertava as crianças negras nascidas de mulheres escravizadas, simplesmente as excluía do convívio familiar, pois muitas crianças foram tiradas das mães, pelos escravistas, e abandonadas à própria sorte.

Sobre a Lei do Ventre Livre, Santos (2002, p. 67) contribui:

[...] Na prática, esta Lei separava as crianças de seus pais, desestruturando a família negra. O governo abriu uma casa pra acolher estas crianças. De cada 100 crianças que lá entravam 80 morriam antes de completar um ano de idade.

Então como elas dependiam de cuidados maternos, sobretudo de

amamentação, muitas mulheres fugiam da fazenda, cometiam aborto ou suicídio. “Ao mesmo tempo, um grande número de mulheres negras foi obrigado a abortar”. Fonseca (2009, p. 61).

Da mesma forma, ocorreu com a Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva- Cotegipe foi publicada no dia 28 de setembro de 1885, que estabelece garantia a liberdade aos negros escravizados com mais de 65 anos de idade.

Sobre a referida Fonseca (2009, p. 69) escreveu:

Essa Lei não teve qualquer efeito satisfatório na história da escravidão no Brasil- poucos eram os negros submetidos à condição de escravizados que atingiam tal idade [...] o fato é que a lei libertava apenas aqueles que já não podiam produzir renda para o escravista. Milhares de idosos foram abandonados a própria sorte [...]

A libertação dos negros escravizados com mais de 65 anos trouxe consequências gravíssimas para toda sociedade, pois surgiram pelas ruas do país os primeiros mendigos nas ruas. A constatação foi triste, pois na verdade foi uma das formas que os senhores de escravos encontraram para se livrar dos idosos que estavam impossibilitados de gerar riquezas. E como não podiam mais trabalhar, o Estado criou o mecanismo para favorecer os senhores de engenho e jogar o problema com a sociedade. No entanto, segundo Fonseca (2009), a Lei dos Sexagenários sinalizou a sociedade brasileira que a escravidão agonizava e que o Brasil caminhava para o fim da escravatura.

E nos Estados Unidos, os movimentos contra a escravidão tiveram como líderes Martin Luther King, Jr. e Malcom X, sendo ambos grupos com características pacifistas, mas outros grupos radicais pregavam a luta armada para a conquista dos direitos civis dos negros, como os Panteras Negras conforme descreve (ARAÚJO, 2004, p. 32). Mas somente em 1965, de acordo Tavares (2007, p. 587) foi com o presidente Lyndon Johnson, por meio da *Executive Order* 11.246 a situação do negro começou a tomar outro rumo quando de 1965, deu poderes ao Departamento do Trabalho para fiscalizar empresas que deveriam implantar ações afirmativas no âmbito de suas contratações.

## 1.2 A PRIMEIRA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA LATINA

Um dos países da América Latina precursores da Abolição da Escravidão foi

à colônia de em Saint-Domingue, atual Haiti, em 1791-1804 que demarcou na época a primeira revolução de escravos bem-sucedida da História. A antiga colônia francesa de Saint-Domingue tornou-se a primeira nação negra independente na longa história das lutas nativas contra o imperialismo colonial.

O fim da escravidão nas Antilhas de acordo com Hunt (2009, p. 57) resultou de uma revolução negra na qual a maioria da população branca foi massacrada ou levada ao exílio. A luta dos escravos foi dupla, pois par que obtivessem a abolição total da escravatura em 1793, tiveram que derrotar e expulsar as potências colonialistas: a Espanha, a Grã-Bretanha e, finalmente, a própria França. E por outro lado o crescimento da força popular dos que acreditavam no poder da teoria revolucionária pode ser visto nas ações a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Em 1789, os abolicionistas franceses criaram a Sociedade dos Amigos dos Negros, que poderia ter caído no esquecimento se não fossem os acontecimentos de 1789, que a colocaram em foco na Revolução Francesa. O número de abolicionistas na nova Assembleia Nacional era bem menor que o daqueles que temiam mexer com o sistema escravista e as imensas riquezas que ele trazia para a França.

A força da lógica revolucionária dos direitos é notória ao verificarmos o que veio a ser a Revolução Haitiana para toda a América Latina, pois a França concedeu direitos políticos iguais aos negros livres em 1792 e emancipou os escravos em 1794, bem antes de qualquer outra nação que possuísse escravos.

Conforme Fick (1990, p. 213) depois que os escravos de Saint-Domingue se rebelaram, em agosto de 1791, os deputados rescindiram até esse decreto altamente restritivo, mas aprovaram, sob pressão da situação nas colônias, um mais generoso, em abril de 1792. Grupos armados de escravos massacravam os brancos e queimavam os campos de cana-de-açúcar e as casas das plantações. Os cultivadores imediatamente culpavam os Amigos dos Negros e a difusão de “lugares-comuns sobre os Direitos do Homem”.

Os direitos do homem de acordo Hunt (2009, p. 78) eram inevitavelmente parte da discussão e o decreto emancipando os escravos do norte abria com o artigo 1º da Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão: “*Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos.*”; os deputados em Paris votaram

por abolir a escravidão em fevereiro de 1794. Além da “*abolição da escravidão negra em todas as colônias*”, os deputados decretaram “que todos os homens, sem distinção de cor, residindo nas colônias, são cidadãos franceses e gozarão de todos os direitos assegurados pela Constituição”.

Logo com a propagação dos “direitos do homem” tornou a manutenção da escravidão muito mais difícil para os franceses. À medida que se espalhava na França, a discussão dos direitos contradizia a tentativa da legislatura de manter as colônias fora da Constituição, precisamente por ser inevitável que incitasse os homens de cor livres e os próprios escravos a fazer novas demandas e a lutar ferozmente por elas.

Segundo Bell (2007, p. 43) o ex-escravo Toussaint-Louverture, que se tornaria em breve o líder da revolta, proclamou em agosto de 1793 que “Eu quero que a Liberdade e a Igualdade reinem em Saint Domingue. Trabalho para que elas passem a existir. Uni-vos a nós, irmãos [companheiros insurgentes], e lutai conosco pela mesma causa.” Sem a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a abolição da escravatura em 1794 teria permanecido inconcebível.

De acordo com Hunt (2009, p. 83) Napoleão enviou uma imensa força expedicionária da França para capturar Toussaint e restabelecer a escravidão nas colônias francesas, em 1802. Transportado para a França, Toussaint morreu numa prisão fria. A ação de Napoleão retardou a abolição definitiva da escravatura nas colônias francesas. Passado dois anos de guerra totalmente devastadora, os negros declararam-se vitoriosos sobre o exército napoleônico e chegaram ao estágio final da revolução, proclamando a independência no dia 1º de Janeiro de 1804.

De acordo com Saes (2013, p. 01) o sistema foi consolidado com a Constituição de São Domingos, proclamada por Toussaint em 1801. Esta incluiu dispositivos destinados a garantir a continuação da produção colonial para garantir em parte os interesses dos proprietários coloniais. O art.13, por exemplo, declarava o caráter sagrado e inviolável da propriedade privada, tornando criminoso perante a sociedade todo aquele que atentasse contra o exercício desse direito.

No referido documentário Saes (2013, p. 02) registra que foi na Ilha de São Domingos, no Haiti onde aconteceu o primeiro ato do fim da escravidão na América e que a libertação dos escravos só foi possível porque culminou com os atos decorrentes da Revolução Francesa se decreta em 1894 o final da escravidão em todas as colônias francesas. O ato, que emancipa e coloca sob o regime de

aprendizado 491.000 escravos de Guadalupe e São Domingos (uma vez que, naquele momento Martinica e Caiena estavam fora do domínio francês), é por sua vez anulado por Napoleão, em 1802. A revogação provoca a grande reação dos escravos na ilha de São Domingos, que levaram à independência total da ilha e à emancipação de todos os escravos, com a criação da República do Haiti.

Segundo Saes (2013, p. 04) o Haiti passa a ser exemplo a ser imitado por abolicionistas e participa das lutas de independência ao lado das futuras nações latino-americanas, condicionando o seu apoio à Abolição da escravidão. Haiti passou a ser também “exemplo a ser evitado”, eterno fantasma assustando e servindo de justificativa para a ferocidade utilizada durante todo o século XIX na repressão aos movimentos de liberação dos escravos, pois colocava em risco a propriedade privada e a continuidade da monocultura que abastecia a máquina estatal com os impostos com as exportações dos produtos oriundos da cana-de-açúcar.

### 1.3 O BRASIL, O ÚLTIMO PAÍS DA AMÉRICA LATINA A ABOLIR A ESCRAVIDÃO

O Brasil foi considerado a maior nação escravista até 1791, somente foi superado pelos Estados Unidos na medida em que este consegue desenvolver, com êxito, um modelo de reprodução de escravos ao tempo em que dificultava a manumissão individual dos escravos. Os EUA, apesar de terem recebido, ao longo do tráfico, menor número de escravos que o Brasil, tinha, no 7º censo em 1850 3.638.808 homens de cor, na sua maioria escravos. De acordo com Jacoud; Beghin (2002, p. 21) o Brasil, que recebeu entre 4 e 5 milhões de escravos ao longo do tráfico, intensificou a importação nos últimos 70 anos do mesmo. Nos primeiros 250 anos importou 1.895.500 escravos, enquanto que nos últimos 70 anos teria recebido 2.113.900 escravos.

Estruturado em articulação com o Estado, e justificado ideológica e religiosamente, o sistema escravocrata ganhou certa solidez que o seu desfazimento tornou-se difícil e demorado.

As mudanças no campo político conforme Guimarães (2003-b, p. 5) se implantam sem que a discussão sobre a escravidão seja enfrentada até mesmo em movimentos separatistas que ocorrem nas diversas províncias brasileiras, com poucas exceções: a Cabanagem, no Pará, em 1835, e a Balaiada, no Maranhão, em

1838, que têm caráter de sublevação popular, com participação de negros e mulatos, inclusive de escravos aquilombados.

A discussão sobre o final do tráfico foi conduzida, de acordo com Hôfing (2009 p. 12) por um lado, pelas pressões da Inglaterra e, do outro, pelas pressões internas, inclusive pelo medo que se implanta entre os proprietários pelos levantes dos negros, em especial na Bahia. Com as crescentes manifestações favoráveis a Abolição da Escravatura motivadas pela concessão da liberdade de milhares escravos que foram combater no lugar de seus proprietários na guerra do Paraguai, que se estendeu de 1864 a 1870 e também a guerra civil americana, entre 1861 e 1865, que terminou com a vitória dos nortistas, que defendia a extinção da escravatura. E também com a extinção da servidão na Rússia em 1861 e o fim da escravidão nos impérios francês e português.

A abolição da escravidão foi à lei nº. 3353, de 13 de maio de 1888, sancionada pela Princesa Isabel, Princesa Imperial Regente em que declarou extinção do trabalho escravo no Brasil.

Segundo Fonseca (2009, p. 59), já era inviável manter o sistema escravista do ponto de vista econômico e político, a mão de obra dos imigrantes era mais barata, pois não tinham que gastar com alimentos, vestuários e habitação. Mesmo sendo criticada, por não oferecer nenhuma garantia institucional aos negros, a Lei Áurea teve apoio de todas as lideranças negras do período como: o engenheiro negro André Rebouças, José do Patrocínio, que defendiam a educação formal e profissional para os negros recém libertos.

Acrescenta Fonseca (2009, p. 63) que a população brasileira principalmente os negros não tinham motivo para comemorar o decreto da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel, até porque não foi um ato de caridade, mas um ato político que firmou o reconhecimento do Estado brasileiro que não tinha mais condição de manter o sistema escravista, diante dessas constatações Fonseca (2009, p. 66) promove a seguinte reflexão:

A Lei Áurea não pode ser vista como um símbolo de derrota ou de que os negros foram ludibriados pela princesa Isabel. [...] A Lei Áurea deve ser vista como uma grande conquista, ainda que só restasse uma minoria a ser libertada em 1888. O fato é que o sistema escravista já estava em estado terminal. Ele cairia não pelos interesses dos ingleses, dos abolicionistas e dos republicanos nacionais, mas pela pressão interna de uma população aguerrida e comprometida com seus interesses políticos, sociais e humanos de liberdade- mesmo que tardia ou precária.



Por isso, o decreto da Lei Áurea mesmo que tardia, deve ser vista como uma grande conquista pelo movimento negro, que por muitos anos persistiram em prol deste ideal – a liberdade, que já estava completando um século o evento de maior relevância mundial ao defender o mesmo lema, que foi a Revolução Francesa.

De acordo com Fonseca (2009, p. 73) foi por meio da resistência exercida pelos próprios negros escravizados e também livres que conseguiram a “liberdade” no final do século XIX. Entretanto, os negros tiveram que continuar convivendo com o racismo, com a discriminação e com a marginalização social imposta pelo Estado Republicano e pela sociedade civil da época.

#### 1.4 A MANUTENÇÃO DA LIBERDADE APÓS A ABOLIÇÃO E OS LIMITES DO DISCURSO ANTIESCRAVISTA

Depois da Abolição veio o desafio: manter-se livre e se incluir na sociedade. Isso desde o surgimento dos movimentos abolicionistas até a Lei 12.990/14, reconhecendo o direito do negro a realizar a Autodeclaração para disputar a vaga de emprego no Executivo Federal.

Neste texto, a transição para a liberdade no Brasil, é importante compreender a influência de outras colônias na América Latina e do pensamento europeu para a tal sonhada libertação, pois para a sustentabilidade das colônias era necessário uma mão de obra abundante, conflitava com as aspirações dos novos livres, que viam na abolição justamente a possibilidade de abandonar as grandes plantations para ocupar pequenos lotes de terra que cultivariam por si próprios.

Conforme Fernandes (1965, p. 18) a implantação da reforma agrária implicaria num retrocesso da economia, já que a produção agrícola tornar-se-ia uma economia de subsistência ou, no máximo, voltada para o mercado interno significava, e não de exportação, o que significaria um declínio do sistema ainda representativo do feudalismo, em que reinava os grandes produtores, em especial dos exportadores de produtos da cana-de-açúcar.

O desafio de continuarem livres, não era só dos escravos, mas também dos proprietários das terras, pois afirma Teixeira (2005, p. 4) se observar o exemplo é das colônias francesas que com a Proclamação da abolição da escravidão, o governo revolucionário e os administradores por ele designado tiveram imediatamente de enfrentar os desafios implicados na aplicação concreta do

princípio da liberdade geral; pois existia, de um lado, o problema da coesão social em sociedades que haviam sido inteiramente construídas em torno da escravidão; de outro, o problema da sobrevivência de economias ainda inseridas na lógica do pacto colonial.

O processo de libertação dos escravos faria reaparecer alguns dos limites do discurso antiescravista do final do século XVIII, incapaz de pensar a supressão da escravidão colonial fora dos limites ditados pelo estatuto colonial, pois havia a necessidade premente de alimentar e armar as tropas republicanas.

Esclarece Silvério (2002, p. 93) que diante das dificuldades para conseguirem mão-de-obra para gerir o Estado com o capital arrecadado a partir do comércio de exportação as autoridades da época verificaram que a aplicação da abolição não podia resultar na instituição pura e simples da liberdade de trabalho. E, tais pensamentos ainda permanece arraigados no discurso da sociedade, pois ainda os negros não ocupam os melhores cargos nas empresas e nem no serviço público, pois segundo Silva (1987, p. 5) há resquícios do sistema escravocrata até hoje, verifique:

Estão presentes até hoje, as consequências do período escravocrata, que atinge com maior vigor o povo pobre de maioria negra. [...] verificamos que a nossa massa de trabalhadores e trabalhadoras, ainda hoje, apresenta as mesmas reivindicações que eram exigidas no período escravocrata, tais como: direito a um trabalho digno, direito a um pedaço de terra, direito à moradia digna, exigência de uma remuneração justa, direito de as crianças não serem submetidas a trabalho quando estão no período da escolaridade etc.

Logo, ainda cabe às pessoas de bem somarem esforços para repararem as crueldades impostas pelo sistema imperialista e darem continuidade aos movimentos abolicionistas, mas agora não só dos negros, mas também das minorias em busca da liberdade, sobrevivência, igualdade e reconhecimento do ser, o Humano - como agente produtivo e transformador do meio ambiente.

De acordo com Silva (2002, p. 27) o acesso e permanência na escola de todos seria a grande conquista das minorias sociais, já que o espaço escolar cumpre uma dupla função em relação ao negro, é veículo de ascensão social e instrumento de discriminação, pois os afrodescendentes são expostos à desvalorização social em função de seus marcadores étnico-raciais, os negros e as negras se apoiam na educação escolarizada como possibilidade de aprovação e reconhecimento social.

Contudo, o espaço escolar é marcadamente discriminatório para esta população, resultando num aproveitamento desigual e exigindo-lhes maior grau de empenho para que consigam atingir o sucesso escolar.

Segundo a Cruz (2005, p. 27)

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximou às camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes às exigências oficiais. Sendo assim, embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares.

A despeito das afirmações sobre a incapacidade intelectual dos negros, Cruz (2005, p. 29) afirma que a ascensão de uma intelectualidade negra desde o período republicano ocorreu via domínio da escrita e possibilitou que esse grupo atingisse “espaços sociais dos quais os brancos pareciam detentores absolutos”.

Para alguns pesquisadores e ativistas e militantes do Movimento Negro brasileiro, não é o racismo individual o mais significativo para ser combatido, mas sim o racismo institucional (CASHMORE, 2000, p. 32) a base do racismo no emprego, na educação, na saúde, entre outros. Suas consequências negativas têm resultado em profundas desigualdades estruturais, econômicas e sociais entre negros e brancos.

Ao observar na história da formação do povo brasileiro segundo Seyferth (1997, p. 43) vai constatar em registro comunidades alemãs, italianas, polonesas, austríacas e outras que vieram para o Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial, as quais colocariam em prática o projeto de branqueamento da população nacional, por meio da miscigenação entre o imigrante europeu com o negro brasileiro, na consolidação da nação brasileira, foi um ideal almejado desde o período republicano pelo Estado, pela classe política e elites brasileiras.

De acordo com Silvério (2002, p. 100), as políticas públicas de caráter universal não combatem efetivamente a exclusão. Segundo ele, o governo ao justificar as — dificuldades técnicas e burocráticas são as responsáveis pela não implementação de políticas de ações afirmativas e, conseqüentemente, legitima o racismo institucional que —tem operado no sentido de retardar ou impedir a implementação de decisões do próprio governo.

Segundo Silvério (2003, p. 34), o termo racismo institucional foi introduzido em 1968, com a publicação de *Black Power*, de Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton (2005, p. 326) argumenta que o racismo institucional perpassa todas as relações sociais daquelas formações sociais que Hall chama de racialmente estruturadas. Assim, as instituições dessas sociedades, sejam elas públicas ou privadas, tendem a reproduzir, modificando e atualizando, os mecanismos discriminatórios inscritos nas práticas e relações sociais.

Segundo o autor, as desigualdades não são meramente uma dimensão do campo econômico, elas são sustentadas pelo racismo, pelas desigualdades de gênero e de classe, entre outras discriminações.

Da mesma forma, o espaço da escola é marcado historicamente no Brasil pelo preconceito, pela discriminação e pela segregação racial de cidadãos negros, quando o Governo busca implementar as ações afirmativas na educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é porque reconhece a temática do preconceito racial nas escolas e universidades e por isso se faz necessário a intervenção do Estado para amenizar ou reduzir as desigualdades sociais a partir da raça/cor, pois segundo BRASIL, 2004, p.11 (...) os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados

Por outro lado se percorrer a história legislativa do país, se depara com o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e que a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Além deste, o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, que estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno, e diversas outras estratégias, foram montadas para dificultar o acesso pleno dos negros às escolas (MEC, 2004. p. 7).

Diante do momento histórico pré-abolição em que toda sociedade discutia a libertação dos escravos não era adequado negar ao negro o direito à escolarização e o mesmo se permanecesse com a negação era reconhecer que pessoas negras eram tidas como coisa. Mas por outro lado repentinamente elas poderiam alcançar a liberdade, e iriam sair da condição de serem meros objetos fungíveis para que

fossem concebidas ao status de pessoas e concomitante a tudo isto, ainda conquistassem o direito de ter direitos, dentre os quais estaria a educação, vida digna com salários justos, moradia, alimentação, saúde e outras benesses que os brancos possuíam.

O Movimento Negro brasileiro alerta para a relação entre racismo e a política estatal que excluiu os negros da distribuição de recursos sociais e riquezas do país. E que por muitos séculos, Estado brasileiro foi omissos e silencioso sobre sua responsabilidade de promover políticas que garantissem os direitos sociais da população negra, de modo que ela pudesse reverter às assimetrias de poder. A ineficiência do Estado trouxe muitos prejuízos materiais, psicológicos e sociais.

E a Lei 12.990/2014 soa como um discurso de bondade do estado para uma compensação aos descendentes dos milhares africanos e africanas que tombaram nesta terra por excesso e abuso de autoridade ou pela cegueira do Estado em permitir as diversas atrocidades praticadas contra a pessoa negra tida por séculos como escravos.

A lei de cota representa uma possibilidade de correção de caráter social para retomada de reconhecimento dos bravos e heroicos feitos que a população negra fez ao país, pois ela também representa a liberdade tão sonhado por aqueles que tombaram na Guerra do Paraguai acreditando vencerem e serem livres.

## **2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS MARJORADAS PELA RAÇA E A COR DAS PESSOAS**

A sociedade brasileira por mais que tenha passado por mudanças e transformações políticas, econômicas e sociais; ainda continua com as marcas da discriminação pela raça e cor acentuando cada vez mais as desigualdades sociais, e os preconceitos. E ao lado dessas divisões ocorrem outros fatores que também evidenciam entre as distintas raça e cor a desigualdade de salário, de renda, de oportunidades e de propriedade, pois continuam determinando o perfil de classe e estamentos na sociedade contemporânea.

E junto com as marcas das desigualdades racial e social estão associadas os níveis de violência, de desemprego, de reprovação e evasão escolar e até mesmo de acidentes de trânsito. Como bem lembram Piza e Rosemberg (2003, p. 107),

As palavras para nomear a cor das pessoas não são meros veículos neutros enunciadore de matizes, mas carregam índices de preconceito/discriminação, de seu distanciamento e de sua superação.

Constata-se que em relação ao campo de atuação profissional, nota-se que negros e brancos apresentam características bem diferentes no que diz respeito à entrada e permanência no mercado de trabalho. Vale considerar nesta pesquisa que os dados apontam que os negros trabalham durante mais tempo que os brancos ao longo da vida.

O Brasil vive um momento especial, é como se fosse o desabrochar de uma flor, pois de um lado se reconhece as formas e as causas da desigualdade que geram os mais distintos preconceitos em que preferem os legisladores maquiar a realidade com finalidade eleitoreira criam projetos de lei para se vangloriar como deuses, e não se preocupam em viabilizá-las suporte necessário para que seja efetivada. Esses desmazelos aconteceu com a Lei 12.990 que por caracteres abrangentes depois de 2 anos ainda causa divergência em sua aplicabilidade por falta de regulamentação.

A presente lei não estabelece o critério a ser seguido pelos candidatos dos certames e nem pelas bancas examinadoras dos concursos, deixando a cargo subjetivo do candidato. Então, diante dos conflitos de interesses de ambas as partes, os que sentem prejudicados recorrem ao Judiciário, e alguns juristas quando

o edital não estabelece os critérios estão decidindo as divergências judiciais a partir do conceito sobre a Autodeclaração dos sujeitos ao informar a cor e a raça já em uso e formalizado no senso realizado pelo IBGE.

Neste sentido Osório (2004, p. 113) apresenta uma justificativa estatística, ou seja, os dois segmentos, preto e pardo, apresentam características socioeconômicas muito semelhantes, diferenciando-se pouco entre si, em potencialmente todos os indicadores; e uma justificativa teórica, isto é, ambos os grupos estão submetidos a discriminações de mesma natureza. Ao abordar a situação de fronteira em que se situa a categoria pardo, o autor declara que

[...] o propósito da classificação racial não é estabelecer com precisão um tipo 'biológico', mas se aproximar de uma caracterização sociocultural local. O que interessa, onde vige o preconceito de marca, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminação (OSÓRIO, 2004, p. 114).

É importante mencionar que na literatura que a forma predominante de declaração de cor/raça é feita pela aparência (fenótipo), já que argumentação tem sido pautada na referência bibliográfica produzida por autores brasileiros ou estrangeiros tem sido praticamente unânime em apontar que o processo de classificação de cor/raça no Brasil é baseado na aparência e não na ascendência (NOGUEIRA, 1998, p. 17). Alguns raros estudos, porém, se referem a um sistema classificatório que se basearia também na origem ou ascendência (genótipo).

Desta forma reforça o preconceito racial de acordo com Santos (2001, p. 07), no período escravista foram construídas diversas teorias racistas que inferiorizavam os negros africanos e exaltavam os brancos europeus. Algumas teorias chegaram a defender a existência de raças diferentes, teorias essas que já foi abolida das bibliografias atuais, pois em se tratando de pessoas só existe uma raça, a raça humana. Neste sentido, deve-se ressaltar que o termo raça continua sendo usado por parte dos segmentos negros:

[...] entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar

social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. (SEPPIR, 2004, p. 13).

Percebe-se que tanto a Abolição como o Instituto da Autodeclaração não foram presentes, mas uma conquista de um longo processo de marchas e contramarchas, em que os negros e seus aliados tiveram que passar por duros aprendizados - o aprendizado da luta política, ao lado da participação em guerras de independência e de construção de nações - onde o preço da liberdade (a dos combatentes e dos seus descendentes) resultou, muitas vezes, no preço da vida de muitos dos seus familiares e amigos.

## 2.1 O PARÂMETRO DA COR UTILIZADAS NOS CENSOS DO IBGE PARA IDENTIFICAR A RAÇA

Na literatura, o texto que aborda sobre o aspecto da cor como separação de ração é o de Piza e Rosemberg (2003, p. 36) que realizam uma análise exaustiva dos Censos desde o de 1872. Lembrando que o primeiro recenseamento geral da população, o de 1872, diferenciava as pessoas pela condição de serem livres ou escravas. As categorias de cor utilizadas e divulgadas entre a população do país na época eram: preto, pardo, branco e caboclo. As categorias de cor Preta e Parda eram direcionadas em especial aos escravos, mas também para as pessoas livres. Já a categoria cabocla, que possuía raiz na origem racial do declarante, era reservada aos indígenas (PIZA; ROSEMBERG, 2003, p. 41).

Ressalta-se que neste período já se utilizava o critério misto de fenótipo e de origem para a caracterização racial da população (PIZA; ROSEMBERG, 2003, p. 45; OSÓRIO, 2004, p. 38 e PETRUCCELLI, 2004, p. 87).

De acordo com Rosemberg (2003, p. 94), nem sempre foi desse jeito, pois “o critério de descendência vigorou no Brasil, em determinados momentos históricos [século XVIII e século XIX] e circunstâncias”.

O IBGE no segundo censo geral, em 1890, utilizou o critério misto para compor as categorias (preto, branco, caboclo e mestiço), assim, buscando de forma transparente a exibir dados que revelariam a ancestralidade ou ascendência das pessoas. Portanto, este senso inferiu-se que o termo mestiço alterou o termo pardo e deveria ser usado para se referir, exclusivamente, aos descendentes da união de pretos e brancos (PIZA e ROSEMBERG, 2003, p.34). Os censos que se seguiram,



1900 e 1920, não coletaram cor da população.

Como o Censo de 1920 não incluiu a investigação sobre cor/raça da população, Piza e Rosemberg (2002, p.15), citando Lamounier (1976, p. 29), sobressaiu a justificativa oficial referente à exclusão do quesito, na qual se percebe, novamente, um modo de classificação de cor/raça assentado na origem:

[...] as respostas [ocultam] em grande parte a verdade, especialmente [...] de ordinário refratários à cor original a que pertencem [...] sendo que os próprios indivíduos nem sempre podem declarar sua ascendência [...]. Além do mais, a tonalidade da cordeixa a desejar como critério discriminativo, por seu elemento incerto [...] (CENSO 1920 *apud* Lamounier, 1976, p. 18, *apud* PIZA; ROSEMBERG, 2003, p. 6).

No Censo de 1940, o quesito cor voltou a ser coletado, o primeiro da série dos censos modernos decenais e que utilizou as seguintes categorias: branco, preto, pardo e amarelo. O termo mestiço deu lugar ao termo pardo e criou-se a categoria amarelo para designar os imigrantes asiáticos, particularmente japoneses e seus descendentes, que ingressaram no país a partir de 1908. O Censo de 1950, segundo dos censos modernos, seguiu as cores do Censo de 1940 e evidenciava que a categoria pardo deveria incluir os índios, mulatos, caboclos, cafuzos e outros, um amálgama de aparência e origem.

Os Censos de 1960 e 1980 seguiram esse mesmo padrão. Já o Censo de 1970 não coletou a informação sobre a cor e não foram expostos os motivos para não fazê-lo. A partir do Censo de 1991, acrescentou-se a categoria indígena e a pergunta efetuada passou a ser “Qual a cor ou raça?”, compondo as cinco categorias que são usadas atualmente (PIZA; ROSEMBERG, 2003, p. 61; OSÓRIO, 2004, p. 27; PETRUCCELLI, 2004, p. 34).

A referida alteração faz-se necessário uma abordagem mais criteriosa, pois a literatura estudada que aborda sobre classificação/denominação de cor/raça se refere ao sistema brasileiro como orientado pela aparência, seu foco, sem demonstrar que são os segmentos branco e negro (pretos e pardos), visto que, em consonância com a discussão realizada pelo antropólogo social o Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (2007, p. 17), a autoidentificação entre os indígenas se realiza pela pertença a uma etnia.

Robin E. Sheriff (2002, p. 223) faz em seu artigo uma referência sobre classificação com base na origem encontra-se no artigo de “Como os senhores

chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo um morro carioca” . Nota-se que numa análise mais profunda do que existe uma diferença entre denominação e classificação racial. No primeiro caso teríamos discursos descritivos: “Esses discursos não são, propriamente falando, raciais, mas referem-se, antes, a conceitos de cor e aparência” (SHERIFF, 2002, p. 226).

Por outro lado, a autora identificou, também, “um discurso ou identidade e classificação racial [...] que enfatiza tanto a raça como a noção de categorias raciais distintas” (p. 226-227). Quando a autora se defronta com processos classificatórios que remetem à origem, é que se verifica uma linha tênue no discursivo, pois o seu texto foi analisado a partir dos comentários de uma moradora da vizinhança pesquisada pela autora: “Eu sou parda, mas sou da raça negra” (p. 230). Na discussão do comentário Sheriff (2002, p. 231) reflete: “Ela [Ana Lúcia] refuta, ao menos parcialmente, a noção de que, no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, a identidade racial é determinada não pela família ou pelo parentesco, mas pela cor da pessoa”.

Neste mesmo sentido a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1998, como ensaio para a introdução do termo afrodescendente no Censo de 2000, conforme análise de Schwartzman (1999, p. 185 *apud* ROCHA, 2005 p. 68), incluiu-se a pergunta sobre origem. A maioria das pessoas respondeu à pergunta via origem nacional dos pais ou origem regional brasileira, o que pode ter desqualificado investigações mais aprofundadas sobre a referência à origem na classificação de cor/raça.

A diversidade de configurações societárias se explica pelo fato que nenhum segmento ou instituição internacional não ter prestado a devida atenção para elaborar um conceito básico a ser seguido, para constituir uma fundamentação para a classificação geral para raças ou etnias. “Assim, em pesquisas internacionais, quando a ‘etnicidade’ é objeto de interesse, geralmente é captada segundo as categorias locais empregadas pelo órgão oficial de estatística do país” (OSÓRIO, 2004, p. 106). Os modelos adotados pelos censos são variados e alterados com a história de cada sociedade: no Brasil, pergunta-se sobre a cor ou raça das pessoas; conforme os ensinamentos (OSÓRIO, 2004, p. 122; PETRUCCELLI, 2007, p. 221) na Índia, a orientação religiosa; na Inglaterra, o grupo étnico; na França, a nacionalidade; nas Ilhas Maurício, os grupos linguísticos; nos EUA e Canadá, a raça.

## 2.2 A COR COMO DIVISOR DAS ETNIAS

A cor da pele como critério básico para diferenciar as chamadas raças humanas foi introduzida por Blumenbach, fisiologista e antropólogo alemão (1752-1840), no século XVIII na Europa Ocidental. A cor da pele e região geográfica de origem formalizou a classificação das raças humanas em cinco tipos: branca ou caucasiana; negra ou etiópica; amarela ou mongol; parda ou malaia e vermelha ou americana. Várias dessas terminologias foram selecionadas como forma de classificar em nosso país e no restante do mundo.

O discurso semântico empregado a partir do léxico racial com base na “cor da pele” penetrou no Brasil no período colonial, sendo usado nos inquéritos populacionais, de forma variada, desde o primeiro Censo Demográfico de 1872 até na atualidade. Portanto, é notório, que os sentidos dos termos se modificaram ao longo do tempo e de acordo com contextos específicos (ROCHA; ROSEMBERG, 2007), como ver-se-á mais adiante, quando falarmos do uso da categoria cor ou raça nos censos brasileiros.

Os pensadores Osório (2004) e Petruccelli (2007) lembram que classificar é um ato básico do processo cognitivo, permitindo o conhecimento e o reconhecimento, bem como a vida societária. “Classificações são o tijolo do simbólico”, afirma Osório. Por sua vez, Petruccelli (2007) ressalva que o processo de classificar ocorre em contextos estruturados, ou seja, a operação de classificar é acompanhada por uma dissimetria entre quem se vê no direito de classificar e quem é alvo da classificação.

Ressalta Piza e Rosemberg (2003, p 107), que “As palavras para nomear a cor das pessoas não são meros veículos neutros enunciadores de matizes, mas carregam índices de preconceito/discriminação, de seu distanciamento e de sua superação”. Isso é bem claro quando se vê todos os discursos na mídia quando um artista de renome internacional tem o direito da pessoa violado pelo crime de racismo em relação ao membro de uma comunidade do bairro x de determinada cidade do interior de qualquer estado.

O tratamento de tipificação de crime de racismo tem conotação distinta na aplicação da pena. E nesta congruência Osório (2004, p. 92-93) aponta que, mesmo considerando a raça como uma “realidade sociocultural”, há que se reconhecer um embasamento biológico, porém adverte que as diferenças visíveis

daí resultantes, quando ocorrem, não produzem por si mesmas as desigualdades, uma vez que essas são socialmente construídas. Portanto, o que se deve ser considerado são os aspectos biológicos e sociais na conceituação de cor. Conforme Soares (2008, p. 103), cor é

uma construção social baseada parcialmente em características genéticas herdadas da mãe, parcialmente em características genéticas herdadas do pai e parcialmente em características socioeconômicas herdadas da família na qual a criança nasce ou adquiridas ao longo da vida.

No processo classificatório Petruccelli (2007, 136) demonstra, entre os séculos XIV e XVII, o aparecimento de marcadores referentes a essa mistura de raças. No levantamento da gênese dos termos, o autor identificou o termo pardo como um dos mais antigos, definido como “de cor entre o branco e o preto, mulato” (CUNHA, 1982 *apud* PETRUCCELLI, 2007, p. 19). Em português e espanhol, parece derivado do latim *pardus* e do grego *pardos*, significando leopardo (leão-pardo). Já havia referência ao termo pardo na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, em 1500, falando sobre os nativos “que a feizem deles he serem pardos maneira avermelhados de boôs rrostros e boôs narizes bem feitos” (CASTRO, 1985, p. 41 *apud* PETRUCCELLI, 2007, p. 17).

O substantivo mulato é proveniente do castelhano, datado de 1525 e denomina a ascendência de “pai branco e mãe preta ou vice-versa” (CUNHA, 1982 *apud* PETRUCCELLI, 2007, p. 19), que faz referência ao mulo, que é o resultado híbrido, fruto de mestiçagem e que é infecundo, (BONNIOL; BENOIST, 1994 *apud* PETRUCCELLI, 2007, p. 19). De acordo com esse autor, há no livro de Antonil, do século XVIII, uma referência ao termo mulato, com conotação pejorativa atribuída aos descendentes miscigenados de africanos (PETRUCCELLI, 2007, p. 22).

O termo negro nunca foi usado nas categorias oficiais dos censos, mas passou a ser incorporado, de forma positiva, pela imprensa negra, nos anos 1920 e diversos grupos e organizações, dos anos 1930 aos dias de hoje (GUIMARÃES, 2003b, p. 254; TELLES, 2003, p. 134).

Piza e Rosemberg (2003) chamam a atenção para os diversos sentidos que o termo negro pode assumir dependendo de quem o usa e do contexto de seu uso. Os grupos e lideranças do movimento negro têm usado o termo numa perspectiva racial-política-cultural. Os pesquisadores das relações raciais e alguns demógrafos usam o termo negro como sinônimo de preto, como foi o caso da pesquisa da

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), em 1992, sobre família e pobreza na cidade de São Paulo, exemplificada pelas autoras. Isso também ocorreu no debate midiático sobre ações afirmativas, bem como em diversos programas de ação afirmativa implantados no país.

Fazendo uma crítica ao estudo de Yvone Maggie para o catálogo das comemorações do Centenário da Abolição, Piza e Rosenberg (2003, p. 109) identificaram que, naquele estudo, o termo negro foi usado de modo isomorfo ao termo branco, já que não se levou em consideração os aspectos de hierarquização social. Para as autoras, o trabalho de Maggie mostra que

[...] em contextos puramente culturais [...] o termo negro parece adquirir um certo isoformismo com o termo branco. A cultura negra e a cultura branca aparentemente se equivaleriam enquanto produtos culturais cuja diferença não implicaria subordinação e de seus efeitos.

Para a compreensão desta pesquisa denominam-se negros o conjunto de pessoas pretas e pardas. Observa Osório (2004, p. 114) que pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminação

Num estudo sobre a imprensa no período de 1925 a 1950, em São Paulo e no Rio de Janeiro, Guimarães (2003b, p. 26) identificou como se deu a evolução terminológica no modo de autodesignação dos negros, no Brasil. Ele aponta que na primeira metade do século XIX, na Bahia, o termo “preto” designava os africanos e o termo “crioulo” os negros nascidos no Brasil. O termo “preto”, a partir da outra metade do século, em especial na Bahia, passou a abarcar africanos e seus descendentes e “negro” deixou de designar a “cor” e foi lentamente passando a ter um significado racial e pejorativo. Em São Paulo, nos anos anteriores à Abolição da Escravatura, ao termo “negro” foi atribuído uma conotação pejorativa e ao “preto” um significado neutro. No anos de 1920, os militantes do movimento negro se chamavam de “homens de cor” e “homens pretos” e chamavam o coletivo de “classe”, um vocabulário legado do passado.

As palavras “raça” e “negro”, que também eram usadas por eles, tinham o sentido distinto dos dias atuais. A partir da década de 1920 começou a ocorrer mudança na concepção de “raça” e “negro”. “O que existia de negativo, inferior e

insultuoso nessas palavras passa para um segundo plano para dar lugar à reivindicação de um sentido positivo e arregimentador” (GUIMARÃES, 2003b, p. 255). Em 1897, o historiador, sociólogo e líder político norte-americano, W. E. B. Du Bois, que foi o primeiro a teorizar sobre “raça negra”, caracterizando-lhe um sentido distinto do biológico. A partir de 1924, os termos “negros” e “raça” começaram a caracterizar o coletivo, que outrora era chamado por “homens de cor” e de “classe”. Mas com o decorrer do tempo, os termos “homens de cor” e “classe” começaram a cair em desuso, tanto na imprensa quanto nos movimentos. O autor faz uma ressalva para a permanência do termo “classe” até o século XX, mas com “outro significado, para designar a ausência da ideia de ‘raça’ no tratamento dado aos negros no Brasil” (GUIMARÃES, 2003b, p. 256).

O Supremo Tribunal Federal, então, declarou que o conceito de raça deve ser interpretado sob o aspecto cultural:

Com a definição e o mapeamento do genoma humano, cientificamente não existem distinções entre os homens, seja pela segmentação da pele, formato dos olhos, altura, pelos ou por quaisquer outras características físicas, visto que todos se qualificam como espécie humana. Não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Na essência são todos iguais. 4. Raça e racismo. A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político- social. Desse pressuposto origina-se o racismo que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista. (HC 82.424, em 17.09.2003).

No período equivalente ao final do século XIX a meados do século XX ocorreu a mudança da autodesignação dos negros, no período de 1916 a 1970, Guimarães (2003b, p. 257) que atribui a uma revolução identitária internacional. Foram fundamentais para essa revolução a reapropriação e aproximação de dois termos “raça”, conceito da biologia, que foi re-significado com o sentido de comunidade histórica e espiritual transnacional e o termo “cultura”, para denominar o grupo de manifestações artísticas e materiais desse povo transnacional.

Essa mudança na forma pela qual os negros vinham se nomeando, tem sido examinada e constatada em diversos estudos: Telles (2003, p. 59), Osório (2004, p. 127) e Soares, (2008, p. 77). Nas análises que fez, relativa ao período de 1940 a 1991, Telles verificou um “empardecimento” da população, apontando para o fato de que, no período, a população de pardos fora a única que apresentava crescimento: de 21%, em 1940 passaram para 43%, em 1991, o que ele atribuiu à miscigenação. Quanto ao Censo de 2000, Telles encontrou resultado inverso, ou seja, crescimento

para as categorias preto e branco e decréscimo para a categoria pardo. Sua suposição é que se não ocorreu mudanças em fatores demográficos, tal variação seria atribuída às mudanças na autoclassificação racial, indicando uma bipolarização entre preto e branco, identificada por ele.

A substituição de “cor” por “cor e raça”, na maneira de perguntar do censo, também teria influenciado nessa escolha, segundo Telles (2003, p. 61-62). Já Osório (2004, p. 122) levanta a hipótese de valorização de negritude. Segundo este último autor, “O aumento da declaração da cor negra e da previsibilidade do enquadramento induzido dos que espontaneamente se declararam pretos e pardos podem ser indícios de que essa valorização está em curso”. Tendência, que segundo esse autor, já teria sido indicada por Petruccelli (2002, p. 103), quando esse comparou o aumento da proporção de pretos no Censo de 2000 em relação ao de 1991.

### 2.3 A AUTODECLARAÇÃO E A SUPERAÇÃO DO MEDO E DO PRECONCEITO

Diante dos mecanismos para ser reconhecido direito por muito tempo a comunidade afrodescendente ficou receosa em se declarar negra ou parda, pois a redemocratização da sociedade brasileira inaugurada no final dos anos 1970 coincide, no plano das ciências sociais, com a divulgação de novas interpretações sobre as relações raciais no Brasil. Até então, os estudos patrocinados pela Unesco no início da década de 1950 e seus desdobramentos nos anos 1960 haviam revelado as tensões entre o mito da democracia racial e o “racismo à brasileira”.

Ao longo da década de 1980 diversos esforços foram envidados na construção de uma aliança entre sociólogos das relações raciais e movimentos sociais na luta contra o racismo a partir de fóruns de debates, projetos de pesquisa e publicações.

A grande guinada no rumo das ações afirmativas no Brasil ocorreu em setembro de 2001, com a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, sob os auspícios da ONU, realizada em Durban, África do Sul. Ela foi precedida por uma série de eventos e relatórios que gradativamente adquiriram visibilidade na mídia envolvendo, sobretudo, diversas agências do Estado brasileiro, políticos, acadêmicos, ONGs, organizações do movimento negro e fundações filantrópicas estadunidenses na

denúncia do racismo e das desigualdades raciais no Brasil. Nesse último caso, basta lembrar o exemplo da Fundação Ford que, a partir dos anos 1990, redefine sua orientação científico-política ao privilegiar uma agenda de intervenção social no país (HUNT, 2004. p. 243).

O governo estava atento a demonstrar, no plano internacional, seu interesse em cumprir resoluções elaboradas em fóruns multilaterais em nome dos princípios da igualdade, inclusive racial, sob o signo dos direitos humanos.

Neste sentido Soares (2008, p. 99), aponta que o “enegrecimento do Brasil” está em curso desde 1940, apresentando acentuado aumento no período de 2001 a 2007. Em 1890, a população negra era de 56%. Em 1940, essa população apresentou seu ponto demográfico mais baixo, 35,8%, como resultado da intensa imigração europeia que se seguiu entre 1890 a 1930, quando mais de três milhões de europeus vieram para o Brasil. A partir de 1940, a população preta e parda não parou mais de crescer: no Censo de 1960, 38%; no Censo de 1980, 44%; na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2002, 46% e por último, na PNAD 2007, 49,8% da população brasileira se identificaram como preta ou parda. Soares (2008, p. 101) propõe três hipóteses explicativas para analisar esse fenômeno: 1) haveria uma taxa de fecundidade maior para um dos grupos; 2) o processo de miscigenação e 3) “mudanças de cor/raça idiossincráticas” ou “mudança na identificação racial”. Após examinar empiricamente todas as três hipóteses, Soares, em concordância com Petruccelli (2002), Telles (2003) e Osório (2004), chega à conclusão de que vem ocorrendo, de maneira crescente, uma mudança da identificação racial favorável à identificação preta, sentida pelos indivíduos como negra, no país.

A história até aqui é mais ou menos clara e coerente: a despeito da existência indubitável de efeitos da taxa de fecundidade e da identificação racial ao nascer [efeito da miscigenação], há uma avalanche de mudanças da identificação racial. Essa avalanche vem em detrimento da identidade branca e, principalmente, a favor da identidade coletada pelo IBGE como preta, mas muito possivelmente sentida pelos indivíduos como negra. Finalmente, essa avalanche começa com pouca força a partir de meados da década de noventa, mas adquire muito mais movimento a partir da mudança do milênio (SOARES, 2008, p. 111).

Soares (2008, p. 116) situa entre 1996 e 2001 o início do processo de mudança na autoidentificação das pessoas negras. Salienta que tal identificação ocorreu mais fortemente na categoria preto, do que na categoria pardo, indicando,



segundo o autor, que as pessoas estariam perdendo o medo de assumir a sua identidade negra, deixando de ter vergonha de se dizerem negras, recusando o branqueamento como forma de legitimarem-se. Para o autor a mudança na maneira como as pessoas se vêem, seria a causa principal do “escurecimento da população brasileira” e não fatores exclusivamente demográficos.

Afirma ainda que tal explicação estaria evidente, como poucas vezes aconteceu na história das Ciências Sociais brasileiras nos últimos dez anos. Lembramos que foi uma década de muitas mudanças políticas e sociais, com acontecimentos marcantes para a sociedade, dentre eles, a participação do Brasil na

Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (CMR), em Durban e o fato de o Estado brasileiro ter passado a introduzir “a noção de ‘ação afirmativa’ como um dos princípios organizadores de algumas de suas políticas sociais” (ZONINSEIN, 2004, p. 107-108). Assim, podemos considerar que a disseminação dos programas de ação afirmativa possa ser também uma hipótese explicativa para o “enegrecimento” que está em curso no país, uma vez que são programas que têm colocado, no debate público, o tema da classificação racial, e da identificação de quem é branco, quem é negro para as experiências de ação afirmativa.

Soares (2008) considera outras explicações possíveis ao “enegrecimento” da população. Sem pautar-se em evidência, o autor reconhece a importância que o movimento negro também teve nesse processo, bem como o novo papel social alcançado pelo negro na mídia, na política, no Supremo Tribunal Federal e em telenovelas. “Pode-se dizer que o que está acontecendo não é que o Brasil esteja tornando-se uma nação de negros, mas, sim, que está se assumindo como tal” (SOARES, 2008, p. 116).

O que a categoria cor significa no Brasil? Guimarães (1999, 33) apresenta um breve trajeto de ampliação dessa categoria, no campo teórico, desde o estudo pioneiro de Donald Pierson, em Salvador, nos anos 1930. Se nesse primeiro trabalho de pesquisa, Pierson deu indicações de que a “cor” era mais do que pigmentação, incluindo outras características físicas, Harris e Kottak (1963, apud GUIMARÃES, 1999, 34) conseguiram comprovar como eram importantes e em qual ordem vinham os seguintes elementos, na definição de cor: tipo de cabelo, formato do nariz e formato dos lábios.

Afastando-se dos pressupostos racialistas da época e adentrando nos

estudos de relações raciais, a Antropologia Social permitiu uma ampliação ainda maior do significado da “cor”. Os estudos que se seguiram de 1940 a 1960 possibilitaram identificar a associação do sistema de classificação brasileiro com hierarquização social. De acordo com Nogueira (1998, p. 244), além dos traços físicos, a “identificação da cor de um indivíduo é influenciada pela associação a outros característicos de *status*, como o grau de instrução, a ocupação e os hábitos pessoais [...]”.

Segundo Guimarães (1999, p 43), diversos autores consideravam que, tanto no Brasil quanto na América Latina, não haveria preconceito racial, mas apenas “preconceito de cor”. Aqueles que estudaram o Brasil alegavam que não se poderia falar em grupos raciais no país, mas apenas em “grupos de cor”. Isto devido à particularidade da forma de classificação racial de diversos países, baseada na aparência e não na origem.

Neste mesmo sentido, Nogueira (1983, p.239), ao fazer um exame das relações raciais nos EUA e no Brasil, apontou que, em nosso país, ocorre o “preconceito de cor ou de marca racial”, ao passo que os norte-americanos nutririam um “preconceito de origem”.

Florestan Fernandes teoriza pela Frente Negra Brasileira (1965, *apud* GUIMARÃES, 1999, p. 46) e para o fato “de que o ‘preconceito de cor’ deveria ser usado como noção nativa para se referir à forma particular de discriminação racial que oprime os negros brasileiros” Mas, ao problematizar essa ideia nativa de “cor”, Guimarães alerta que a atribuição de “cor” a alguém não está isenta dos valores que orientam a nossa percepção do quanto estamos dispostos em aceitar os outros sem distinção da cor.

Portanto, no Brasil o preconceito da cor está intrinsecamente relacionada ao preconceito social, pois os negros tiveram pouquíssimas oportunidades de ascensão, pois se tem pouquíssimos negros no poder executivo, judiciário e legislativo. A falta de oportunidades geram desigualdades sociais extremadas.

## 2.4 O RECONHECIMENTO DAS ETNIAS E RAÇAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Reconhecer os direitos individuais das comunidades quilombolas foram necessários várias batalhas e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, insculpido na Constituição Federal de 1988, que determinou que “[a]os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos

Em 2002 foi aprovada no país a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, de 27.6.1989, aprovada pelo Decreto Legislativo 143/2002 e ratificada pelo Decreto 5.051/2004, que consagrou a "consciência da própria identidade" como critério para determinar os grupos tradicionais – indígenas ou tribais – aos quais são aplicáveis, enunciando que nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal.

Segue o teor do art. 1º, itens 1 e 2, da Convenção 169/OIT, *in verbis*:

1. A presente convenção aplica-se:
  - a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
  - b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

Para os efeitos do Decreto 4.887/2003, a autodefinição da comunidade como quilombola é atestada por certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares, nos termos do art. 2º, III, da Lei 7.668/1988 que são revestidos pelos conceitos de consciência da própria identidade, consagrado na Convenção 169 da OIT, e o de autoatribuição/autodefinição, da forma como previsto no Decreto 4.887/2003.

### **3 AÇÕES AFIRMATIVAS SOBRE A ÓTICA DOS DIREITOS SOCIAIS E SUA CONSTITUCIONALIZAÇÃO**

Para garantir o princípio da igualdade a Constituição de 1988 garante em seu texto os direitos sociais a partir do seu preâmbulo da Constituição de 1988 aborda a instituição do Estado como sendo democrático, visa assegurar os direitos coletivos e individuais, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e sem discriminações.

O texto enfatiza garantia de igualdade de oportunidades a todos, o que não previa nas Constituições anteriores à de 1988, que até então, tratava-se somente da igualdade formal, tratamento dispensado pelo Estado a seus administrados sem levar em consideração as distinções existentes em cada classe social brasileira.

Já no início do texto constitucional, o artigo 3º da Carta Magna institui os objetivos fundamentais da República, estabelecendo construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação do ser humano na sociedade.

Rocha (2010, p. 289) menciona o artigo 3º da Carta Magna, em que o conteúdo semântico dos verbos no referido artigo pressupõe ser de ação, o que indica um comportamento ativo, tendo-os como termos de obrigações transformadoras do quadro social e político retratado pelo constituinte na elaboração da Constituição.

Compreende-se a partir da leitura do artigo 3º, o que institui os objetivos fundamentais da República juntamente com o artigo 5º nos quais fica implícito que a da Carta Constitucional de 1988 não permite a discriminação racial.

Também é notório que a Constituição traz outros dispositivos que de pronto consagram a igualdade material, dentre os quais o artigo 7º, XX, da proteção do mercado de trabalho da mulher, e o artigo 37, VIII, da reserva de percentual de vagas para portadores de deficiência no serviço público.

E que o artigo 170, que trata da instituição da ordem econômica, também traz a instituição de políticas de ação afirmativa, tanto que, no inciso VIII, prevê a

redução das desigualdades regionais e sociais, o que pode ser remetido ao inciso III do artigo 3º, ratificando a intenção do constituinte em proporcionar uma vida digna.

Para garantir o princípio da igualdade o Estado ainda precisa se empenhar de forma mais incisiva, uma vez que toda e qualquer política pública abarca os interesses políticos, eleitorais e econômicos para atender os interesses das minorias sociais, que têm somente a ele como defensor, mesmo porque o Estado é o regulador da vida em sociedade e, portanto, só ele pode enfrentar os interesses do capitalismo, um dos causadores das exclusões sociais das minorias, tendo em vista seu poder econômico.

Isto é desenvolvido pelo Estado, por meio de políticas públicas que têm o objetivo de aplicar a igualdade material por meio da igualdade de oportunidades em favor das classes social, econômica e historicamente discriminadas, para que possam ter a seu favor as mesmas oportunidades de desenvolvimento desfrutadas pela classe dominante.

### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AÇÕES AFIRMATIVAS

Partindo do pressuposto de que a Lei nº 12.990/2014 pode ser classificada como uma das ações afirmativas, em que reserva 20% das vagas nos concursos públicos da União para candidatos que se autodeclarem negros ou pardos, ela se torna um recurso para efetivação da igualdade material traduzida em igualdade de oportunidades, com isso as minorias sociais podem ter as mesmas oportunidades da classe dominante, pois ela visa garantir no Executivo Federal o percentual acima mencionado das vagas em concursos preenchidas com os candidatos que se autodeclararem negros ou pardos.

É importante lembrar que ações afirmativas no mundo surgiram quase que simultaneamente na Índia e nos Estados Unidos da América. Na Índia, no início do século XX, quando ainda estava sob o domínio britânico, em que se reservavam vagas para membros das castas *dalit* e *advasi* para que participassem da organização política de suas províncias, uma vez que sempre foram discriminadas pela casta brâmane (SILVÉRIO, 2006).

Com o fim da Guerra Civil, nos Estados Unidos, em meados do século XIX, com o advento da décima terceira emenda, e o enfrentamento à discriminação do negro escravo, o que se deu com o fim da escravidão, em 1868, surge as primeiras

políticas de ações afirmativas (TAVARES, 2007, p. 578-579).

Além dos Estados Unidos e da Índia, outras nações, como Canadá, Austrália, Argentina, Cuba e nações europeias, também foram alcançadas pelas políticas de ações afirmativas, sendo que a própria ONU confirma a efetividade destas políticas, por meio de seu relatório de desenvolvimento humano (DRELICH, *apud* SANTOS, p. 29, 2008).

Exemplifica-se que na Índia, as ações afirmativas somente foram introduzidas por meio de legislação, com a promulgação da Constituição de 1947, garantindo às etnias historicamente discriminadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas nas assembleias nacional e estaduais, percentual atingido a partir de 1990 (SILVÉRIO, 2006, p.86).

E no sentido de avançar nas políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais está estabelecido no o art. 3º, da Constituição de 1988 *in verbis*:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I) construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II) garantir o desenvolvimento nacional;

III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988)

Diante do dispositivo constitucional citado, verifica-se que o princípio da igualdade ganhou destaque por se tratar da igualdade formal, um tratamento agora mais arraigado no discurso do Poder Judiciário, como pode ser vista no voto da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, relatora do MS 33072 faz a seguinte declaração:

Verifica-se que todos os verbos utilizados na expressão normativa – construir, erradicar, reduzir, promover [contidas no art. 3º da Constituição da República] – são de ação, vale dizer, designam um comportamento ativo. O que se tem, pois, é que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são definidos em termos de obrigações transformadoras do quadro social e político retratado pelo constituinte quando da elaboração do texto constitucional. E todos os objetivos contidos, especialmente, nos três incisos acima transcritos do art. 3º da Lei Fundamental da República traduzem exatamente mudança para se chegar à igualdade. Em outro dizer, a expressão normativa constitucional significa que a Constituição determina uma mudança do que se tem em termos de condições sociais, políticas, econômicas e regionais exatamente para se alcançar a realização do valor supremo a fundamentar o Estado Democrático de Direito constituído. Ação afirmativa: o conteúdo jurídico do princípio da igualdade (MS 33072, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 07/08/2014, publicado em

Com base nessas fundamentações, o Estado determina o seu poder de intervenção na sociedade por meio de sua organização política e administrativa que promove atividades que favorece a economia e infraestrutura do país, e por isso tem o dever de usar de todos os meios legais e necessários para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações e torná-la justa, livre e solidária

A instituição do princípio da igualdade no artigo 5º serve de base para a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, baseada no respeito da dignidade da pessoa humana, e, no dizer de José Afonso da Silva (2009, p. 211), constitui o signo fundamental da democracia.

Como já afirmado, o artigo 5º da Constituição não pode ser interpretado isoladamente dos demais dispositivos constitucionais que tratam das ações afirmativas, uma vez que, isoladamente, trata-se da igualdade formal, em que o Estado, ou mesmo o Legislativo, na elaboração de leis, não levaria em consideração as distinções que existem entre os diferentes grupos que vivem em sociedade.

Joaquim Barbosa menciona que a igualdade de oportunidades é noção que vem justificar os diversos experimentos da Constituição com o intuito de extinguir ou pelo menos mitigar todo tipo de desigualdades econômicas e sociais e promover a justiça social (GOMES; SILVA, 2010, p. 89).

O Brasil, como os outros países da América Latina, inclusive os Estados Unidos se desenvolveu com base na exploração escravagista, e todos têm minorias que viveram, e ainda vive às margens das melhores oportunidades, em virtude de a classe dominante ser a única a ter acesso às melhores oportunidades de educação, saúde, saneamento básico, emprego, entre outros, o que com que as minorias sociais fiquem excluídas de determinados facilitadores de melhores condições de vida

E diante das necessidades deveria planejar as políticas públicas visem preservar as garantias individuais previstas na carta magna e, na maioria das vezes as garantias são efetivadas a partir das ações afirmativas, pois a principal característica das ações afirmativas é a de poder realizar de forma simplista à compensação social em favor da classe menos favorecida pela promoção da igualdade de oportunidades, sem, contudo, criar uma nova situação de discriminação, isso é o que se pretende o legislador com a Lei 12.990/2014, o objeto

desta pesquisa.

Cumpra registrar que a partir do ano de 2003, o Governo Federal brasileiro inaugurou uma nova etapa na história das relações raciais no Brasil, mediante a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, órgão de assessoramento da Presidência da República, com *status* de Ministério, responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados, com ênfase na população negra.

. Constata-se com o processo democrático do país, isso a partir do fim da ditadura, o governo brasileiro tem promovido diversas ações afirmativas relativas à população negra foram instituídas pelo Governo Federal, como por exemplo: i) Decreto nº 4.886/03 – instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR; ii) Decreto 4.887/03 – definiu procedimentos para a regularização fundiária das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; iii) Lei nº 11.096/05 – instituiu o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), com previsão de percentual de bolsas para os autodeclarados negros; iv) Lei nº 11.645/08 – incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; v) Lei nº 12.288/10 – Estatuto da Igualdade Racial; vi) Lei nº 12.711/12 e Decreto nº 7.824/12 – instituiu e regulamentou, respectivamente, cotas raciais e por renda em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; etc.

E, recentemente foi criada a Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas nos concursos públicos da União para candidatos negros quem vem somando esforços junto com outras normativas para equalizar as desigualdades sociais.

Estabelece o artigo 1º, da referida lei, que “ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.

Quando se busca garantir as ações afirmativas, é importante mencionar que elas têm sido reconhecidas como meio de efetivação da igualdade material por intermédio da igualdade de oportunidades, a fim de alavancar as minorias sociais a um nível de vida digno, como forma de efetivação do princípio constitucional.



No Brasil, os precursores das ações afirmativas foram o Ministério do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho, que durante uma discussão se manifestaram favoráveis a leis que instituíssem um percentual de emprego para negros na iniciativa privada, como forma de resolver a discriminação racial no mercado de trabalho (SANTOS, 2008, p. 48). Porém, somente com a promulgação da Constituição de 1988, que trouxe inúmeras mudanças no quadro legal brasileiro, que as ações afirmativas puderam ser verdadeiramente aplicadas em favor das minorias sociais.

A Constituição de 1988 trouxe como forma de defesa das minorias sociais a proteção do mercado de trabalho da mulher, licença maternidade, reserva de vagas para deficientes físicos no serviço público, reserva de 30% das vagas em pleitos eleitorais para as mulheres, 20% de vagas em cargos públicos para deficientes físicos e para os negros, entre outras medidas.

Maria Helena Diniz (1998, p. 283) traz três descrições de minorias: aquela explicitada pelos dicionários de língua portuguesa, as minorias nacionais explicitadas por De Plácido e Silva e as minorias raciais, sendo esta raça pertencente a um Estado onde há predominância de raça diversa.

Aponta (MONTEIRO et al., 2011, p. 96): que a Organização das Nações Unidas, em busca de uma definição para o termo, por intermédio da subcomissão para Prevenção da Discriminação e a Proteção das Minorias, traz o entendimento de

Um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não-dominante, cujos membros – sendo nacionais desse Estado – possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população e demonstre, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação de sua cultura, de suas tradições, religião ou língua.

No Brasil, tais políticas têm sido insuficientes para a promoção da igualdade de oportunidades, uma vez que a sociedade brasileira ainda está presa em suas convicções racistas, preconceituosa, machistas, dentre vários posicionamentos discriminatórios que atrapalham o desenvolvimento da sociedade rumo à igualdade material.

O país necessita de uma maior intervenção estatal nas relações sociais, buscando o equilíbrio entre as classes sociais existentes, a fim de que este equilíbrio venha atingir um patamar no qual não seja mais necessária a intervenção estatal

para a garantia da igualdade de oportunidades.

Portanto, se as ações afirmativas são um meio pelo qual o Estado garantirá a igualdade de oportunidades às minorias, porém este Estado deverá ser mais atuante neste sentido, para que a democracia, a República e a cidadania sejam integralmente atingidas pelas minorias sociais e toda a sociedade tenha a oportunidade de crescer de forma igualitária.

#### **4 A APLICAÇÃO DA LEI DE COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS (LEI 12.990), QUE RESERVA 20% DAS VAGAS AOS CANDIDATOS QUE SE AUTODECLAREM PRETOS OU PARDOS.**

A Lei 12.990, está em vigor desde 9 (nove) de junho do ano de 2014 e prevê a adoção das cotas por um período de 10 anos. Ela foi criada para assegurar a reserva de 20% das vagas nos concursos da administração pública federal para candidatos que se autodeclararem negros ou pardos nos certames.

A referida lei foi reivindicada pelos representantes dos movimentos negros que buscavam sua efetivação com base na lei de cotas para as universidades, sendo que esta contemplam também os indígenas. As lideranças dos movimentos negros agora discutem com os legisladores do Congresso Nacional e toda sociedade a necessidade de estabelecer a regulamentação da lei com base na política das ações afirmativas previstas no Estatuto da Igualdade Racial, pois da forma que a lei foi aprovada deixou em aberto, já que basta tão simplesmente o candidato se declarar negro ou pardo para ser legítimo à vaga preterida e assim, se continuar abrangente elas não poderá atingir a sua principal finalidade que é combater às desigualdades raciais.

É importante mencionar que o combate à desigualdade racial pode ser compreendida a partir de três dimensões complementares: as ações repressivas, as ações valorizativas e as ações afirmativas. Para as pesquisadoras Jaccoud e Beghin (2002, p. 53), as ações valorizativas seriam aquelas que têm por meta combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo; o principal objetivo destas ações é o reconhecimento e a valorização das comunidades afro-brasileiras, com destaque para o papel assumido pela população negra historicamente no processo de formação do Brasil. As ações valorizativas serão empreendidas permanentemente e com dimensão não focalizada, atingindo não somente população racialmente discriminada –contribuindo para que ela possa reconhecer-se na história e na nação –, mas toda a população, permitindo - lhe identificar- se em sua diversidade étnica e cultural (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 56).

Nesse sentido, a Lei 12.990 busca possibilitar mais chances aos afrodescendentes para que possa combater o às formas indiretas, mais sutis e veladas de discriminação, e cuja conduta acaba por resultar na exclusão dos

indivíduos com base no critério racial em determinados espaços da vida social.

Assim, a ação afirmativa não combate o ato discriminatório em si,

mas sim o combate ao resultado da discriminação, ou seja, o combate ao processo de alijamento de grupos raciais dos espaços valorizados da vida social. As políticas de ações afirmativas são medidas que buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem medidas temporárias e por serem focalizadas nos afrobrasileiros, ou seja, por dispensarem um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 56).

A partir da tipologia identificada acima, percebe-se que a questão das cotas raciais em concursos públicos federais e com adesão em outras gestões são apenas um dos mecanismos utilizados como parte das ações afirmativas.

Estas cotas também somam com as cotas para as universidades públicas como um mecanismo para reduzir as desigualdades sociais. Mas como nem tudo são flores, a aplicação da lei 12.990 tem surgido algumas divergências, pois no ano de 2015 três concursos da administração federal foram questionados judicialmente por questões relacionadas à nova lei. O critério questionado a princípio foi à divisão de cálculo das vagas que foram destinadas ao sistema de cotas foi a principal queixa dos autores das ações judiciais. Dois exemplos de discordância foram os editais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) e de São Paulo (IFSP) fracionaram as vagas segundo a área e a lotação. Como a maioria das áreas de conhecimento oferecia uma ou duas vagas, e a legislação prevê as cotas quando há três ou mais vagas, na prática, não houve reserva para negros.

De acordo com o art. 1º, parágrafo único, inciso VI, do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10), as ações afirmativas são

[...] programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades (BRASIL:2010).

Logo, os dois concursos foram contestados, respectivamente pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelo Ministério Público Federal em São Paulo (MPF-SP). Na seleção do IFMA, uma decisão liminar da 3ª Vara Federal do Maranhão determinou que, do total de 210 vagas para professor, 42 fossem destinadas a

negros. No concurso do IFSP, a ação ainda tramita na 7ª Vara Cível de São Paulo. As ações da DPU e do MPF-SP defenderam também a reserva de vagas para deficientes.

O Supremo Tribunal Federal o Supremo Tribunal Federal, já reconheceu que as cotas raciais constituem forma de aplicação do princípio da igualdade material quando analisou em diversas oportunidades a adoção de políticas afirmativas pelo Poder Público, dentre as quais se destaca o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186/DF (data de julgamento: 26/4/2012), na qual o Plenário do Tribunal considerou, por unanimidade, constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UNB).

Quando se parte na análise do voto proferido pelo Ministro Relator Ricardo Lewandowski na questão fundamental examinada pela Suprema Corte na ADPF 186 / DF sobre os programas de ação afirmativa que estabelecem um sistema de reserva de vagas, com base em critério étnico-racial, para acesso ao ensino superior, verifica-se que o modelo constitucional brasileiro não se mostrou alheio ao princípio da justiça distributiva ou compensatória, pois incorporou diversos mecanismos institucionais para corrigir as distorções resultantes de uma aplicação puramente formal do princípio da igualdade. O voto proferido pelo relator consta do seguinte entendimento a seguir:

Para possibilitar que a igualdade material entre as pessoas seja levada a efeito, o Estado pode lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares.

[...]

Para as sociedades contemporâneas que passaram pela experiência da escravidão, repressão e preconceito, ensejadora de uma percepção depreciativa de raça com relação aos grupos tradicionalmente subjugados, a garantia jurídica de uma igualdade meramente formal sublima as diferenças entre as pessoas, contribuindo para perpetuar as desigualdades de fato existentes entre elas.

Como é de conhecimento geral, o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que na maior parte das vezes de forma camuflada ou implícita.

Os programas de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro, praticada de forma inconsciente e à

sombra de um Estado complacente. (ADPF 186- Voto do Relator Ministro Relator Ricardo Lewandowski no dia 16/11/2011)

Logo, a Constituição Brasileira de 1988, com efeito, é repleta de dispositivos que não só possibilitam a adoção de ações afirmativas por parte do Estado, mas que de fato criam verdadeiros mandamentos de sua efetivação e dentre outros dispositivos.

Nos decisões do Supremo Tribunal Federal registra a negação de seguimento do mandado de segurança em que se pleiteava que o Poder Judiciário completasse – em razão de omissão legislativa – os termos da Lei nº 12.990/2014, para determinar a reserva para candidatos negros de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para ingresso nos Poderes Legislativo e Judiciário, sobre o qual se pode verificar o Acórdão do MS 13029093 PR 1302909-3 TJ-PR, *in verbis*:

*DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria, em DENEGAR a segurança, nos termos do presente voto. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO VISANDO O PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - EDITAL Nº 01/2013 - CANDIDATA QUE SE INSCREVEU, NA QUALIDADE DE AFRODESCENDENTE, PARA CONCORRER AO CARGO DE PEDAGOGO COM LOTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA - INEXISTÊNCIA DE RESERVA DE VAGAS PARA COTISTA NESTA LOCALIDADE - CONCURSO REGIONALIZADO - IMPOSSIBILIDADE DE ULTERIOR MODIFICAÇÃO DE LOCAL DA VAGA E CARGO APÓS A EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO - SEGURANÇA DENEGADA. A reserva de vagas estabelecida pelo edital de concurso público afigura-se "conditio sine qua non" para que os candidatos participem na qualidade de cotistas. A exclusivo critério da Administração Pública é lícita e constitucional a realização de concurso regionalizado ou para Município pré-definido. Assim sendo, apenas nas localidades nas quais o edital ofertou vagas para cotistas é que afigura-se pertinente a utilização da sistemática diferenciada de classificação, critérios esses inaplicáveis onde tão somente foram disponibilizadas vagas para ampla concorrência. Quando do surgimento de novas vagas no transcorrer do concurso, o comando do § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 14.274/03 faculta à Administração Pública a oferta de vagas aos afrodescendentes, sendo que tal regramento é aplicável unicamente nas hipóteses em que o edital reservou vagas para o local em que se deu a concorrência. Contudo, para as regiões ou Municípios nos quais o edital deixou de prever vagas para cotistas, fere o princípio da isonomia a ulterior oferta de vagas destinadas aos afrodescendentes, eis que a cada localidade na qual se travará a competição há de corresponder o respectivo regime de seleçãoocular, cabendo aos concorrentes definir, com critério, onde desejam se inscrever para participar do certame. Segurança denegada. (TJPR - Órgão Especial - MSOE - 1302909-3 - Curitiba - Rel.: Regina Afonso Portes - Por maioria - - J. 18.05.2015). Grifo do autor.*

Então em observância com o parágrafo 1º, art. 1º, da Lei 12.990, “a reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso

*público for igual ou superior a 3 (três)*”. Compreende-se que na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, estabelece o art. 1º, parágrafo 2º, que esse deverá ser aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

Será estabelecida a reserva de vagas a candidatos negros, nos termos do disposto no art. 1º, parágrafo 3º, expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

Verifica-se que para aqueles cargos/polos em que não haja a previsão inicial de no mínimo três vagas, a reserva de vagas deverá ser assegurada à medida que novas vagas surjam ao longo do certame, conforme inteligência do art. 4º, da Lei nº 12.990/2014. Mas a fonte geradora de conflitos judiciais é o art. 2º da Lei que se refere especificamente ao “quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”, destaque-se que não se trata da mesma declaração quanto à cor apontada pelo candidato no último censo do IBGE, vez que nos levantamentos domiciliares, não necessariamente todas as pessoas do domicílio são entrevistadas – algumas por estarem ausentes no momento da visita, outras por incapacidade, etc..

De acordo com os princípios normativos estabelecidos pela Lei nº 5.534/68 (art. 1º), as informações prestadas ao IBGE para execução do censo são confidenciais, destinando-se exclusivamente a fins estatísticos, não podendo ser objeto de certidão e nem ter eficácia jurídica como meio de prova.

Importa-se que em conformidade com a Lei 12.990 no art. 2º, *caput*, in verbis:

poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Portanto, ainda da leitura do disposto no art. 2º, da Lei nº 12.990/14, não se afigura tampouco que a lei tenha conferido ao IBGE a competência para estabelecer critérios para definição das cores e raças existentes, mas sim que a lei tenha se valido apenas da nomenclatura “preto e pardo” adotada pelo IBGE em seu censo.

Sendo que o referido dispositivo, embora este preveja a autodeclaração como critério para que o candidato concorra às vagas reservadas para negros, permite possibilidade de se fiscalizar tal declaração, ao estabelecer, em seu parágrafo único, que:

At. 2º – (...)

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Com efeito, observe-se que ausência de adoção de mecanismos de fiscalização poderia implicar no desvirtuamento da lei, e, por consequência, implicar em burla ao próprio sistema de cotas raciais e assim não cumprir a função social da lei; nem tão pouco compensar os legítimos detentores do direito às cotas: os negros e pardos.

#### 4.1 O JUDICIÁRIO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Sabe-se que não cabe ao Poder Judiciário rever os critérios adotados pela banca examinadora de concurso, limitando-se a sua atuação à apreciação de aspectos de legalidade e da observância das normas do edital, como tem entendido a jurisprudência pátria.

A Lei 12.990/2014, a qual reserva aos negros e pardos 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União foi elaboradas pelos legisladores que não estabeleceram no corpo da referida lei critérios para enquadramento dos candidatos, o que a torna aberta por seu caráter subjetivo já que fica na responsabilidade do candidato ao realizar inscrição se autodeclarem ou não negros ou pardos para disputar os percentuais destinados ao público alvo da referida lei.

E dessa forma, a lei acima, embora tenha conferido à Administração o direito de apuração das autodeclarações, de maneira a evitar possíveis pretensões indevidas, em respeito à legitimidade da concorrência, estabeleceu como parâmetro, para aferição da cor ou raça dos candidatos que se declararem negros não tem



dirimido as divergências entre os pretensos candidatos e os mesmos têm buscado no Judiciário resguardar seus interesses.

Ganhou-se ampla divulgação nas mídias o caso concreto em que um candidato ao concurso do Banco do Brasil (edital 2/2014) que foi aprovado na 15ª posição (para a Microrregião 29) que sentiu prejudicado após ter sua nomeação preterida pela convocação de outros 14 classificados, sendo 11 de ampla concorrência, três cotistas e um por deficiência que, segundo o juiz, teriam se valido de critério inconstitucional para tomar posse e passar na frente do candidato (eles foram aprovados nas posições 25º, 26º e 27º).

De acordo com a sentença do juiz Adriano Mesquita Dantas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, no julgamento do RTOrd 0131622-23.2015.5.13.0025, a legislação viola três artigos da Constituição Federal (3º, IV; 5º, caput; e 37, caput e II), além de contrariar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que não foram debatidos pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 186, que trata da constitucionalidade da política de acesso às universidades públicas. Segundo Dantas, na sentença naquele caso estava em jogo o direito humano que é fundamental à educação, o que não existe com relação ao emprego público. Segue-se fragmentos do teor da referida sentença em discussão, o RTOrd 0131622-23.2015.5.13.0025 a seguir:

Não fosse assim, teria o Estado à obrigação [ou pelo menos o compromisso] de disponibilizar cargos e empregos públicos para todos os cidadãos, o que não é verdade, tanto que presenciamos nos últimos anos um verdadeiro enxugamento [e racionalização] da máquina pública. Na verdade, o provimento de cargos e empregos públicos mediante concurso não representa política pública para promoção da igualdade, inclusão social ou mesmo distribuição de renda. Além disso, a reserva de cotas para suprir eventual dificuldade dos negros na aprovação em concurso público é medida inadequada, já que a origem do problema é a educação”, analisou o magistrado da 8ª Vara do Trabalho do Paraíba, que ainda acredita que, com as cotas nas universidades e também no serviço público, os negros são duplamente beneficiados. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO. RTOrd nº 0131622-23.2015.5.13.0025. Julgado em: 18 jan. 2016. Juiz do Trabalho Substituto: Adriano Mesquita Dantas.

A partir do posicionamento do Juiz Adriano Dantas em relação ao caso desperta nos estudantes do direito em quaisquer das áreas do conhecimento uma atenção, pois se verifica uma linha sinuosa entre os ramos do direito formal e material para o debate em questão, tendo em vista que ora ele vai ser positivado e ora será negativedo.

Diante da referida discussão, apenas durante o ano de 2015 foram propostas 04 ações judiciais versando sobre a temática da reserva de vagas em concursos públicos federais: **I.** Processo n. 119328-36.2015.4.02.5001– 4ª Vara Federal do ES; **II.** Agravo de Instrumento nº 0008535-95.2015.4.02.0000. Rel. Desembargador Marcus Abraham. Turma Especial III, TRF 2ª Região 21.08.2015; **III.** 0040614-42.2015.4.01.3400 Tribunal Regional Federal da 1ª Região; **IV.** RTOrd 0131622-23.2015.5.13.0025 – 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa. TRT da 13ª Região.

O que se verifica, portanto, é a crescente proliferação do questionamento no Judiciário sobre a constitucionalidade da Lei n. 12.990/2014, sendo este regramento ter recentemente adentrado no ordenamento jurídico brasileiro, e apresentar decisões divergentes sem ter ainda construído um balizamento jurisprudencial a ser seguido pelas as instâncias inferiores, ocasionando sentimento de grave insegurança jurídica.

Diante de divergentes decisões no judiciário, antes mesmo da decisão do juiz do TRT/PB conforme notícia publicada no site [agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br) e também do <http://www.stf.jus.br/> a Ordem dos Advogados do Brasil(OAB), ainda no mês de janeiro de 2016, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Corte declare a constitucionalidade da Lei nº 12.990/2014 diante de tais alegações descritas na ação a seguir:

De acordo com a OAB, como a posição nas diversas instâncias do Judiciário não é uniforme, com decisões declarando a inconstitucionalidade da norma e também pedidos para suspensão de certames em decorrência da aplicação da norma, há o receio de que ocorram situações de insegurança jurídica em concursos públicos federais. Salienta que declarações de inconstitucionalidade da Lei de Cotas por outras instâncias da Justiça contrariam o julgado pelo Plenário do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, que considerou constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

A OAB afirma que a Lei de Cotas foi proposta com o objetivo de criar ações afirmativas de combate à desigualdade racial e proporcionar uma maior representatividade aos negros e pardos no serviço público federal. Destaca que a discriminação racial não ocorre apenas no campo da educação, mas também do trabalho, e que o processo de inclusão passa pela ampliação de oportunidades oferecidas pelo sistema escolar, pelo estado e pelo mercado de trabalho. Observa também que as cotas no serviço público representam uma extensão das cotas universitárias e configuram uma evolução das ações afirmativas no combate ao racismo e à desigualdade racial no país.

“A oportunidade de igualdade ofertada a um indivíduo por meio de políticas públicas no combate à discriminação racial, além de ter um efeito imediato sobre os destinatários da norma, tem um papel importante na configuração da mobilidade a longo prazo. É dizer, visa surtir efeito nas gerações futuras, fazendo com que a educação e o emprego dos pais influenciem o futuro dos seus filhos”, ressalta.

Em caráter liminar, a OAB pede a suspensão das decisões judiciais que entenderam inconstitucional a Lei de Cotas até o julgamento definitivo da ADC 41 pelo STF. A entidade argumenta que a insegurança jurídica atinge os candidatos cotistas e também a administração pública, pois a existência de decisão judicial determinando a nomeação de candidatos não aprovados, por meio de incidental afastamento da reserva de vagas, macula a eficiência da máquina administrativa. Afirma ainda que, mantidas as decisões contrárias à lei, qualquer concurso público federal estará sujeito a questionamento no Judiciário. No mérito pede a declaração de constitucionalidade da Lei 12.990/2014. Fonte: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br) – 19/05/2016.

Observa-se que as decisões proferidas pela inconstitucionalidade do ato normativo sob análise do princípio da segurança jurídica abre um leque de possibilidades de interpretações distintas colocando em risco a pretensão dos legisladores ao criarem Lei, logo é urgente convocar a Egrégia Corte em razão da vultosa repercussão emanada ao ordenamento jurídico para efetivar medidas cabíveis.

Por outro lado, muitos estados e municípios já implantaram o objeto de lei em suas gestões reservam percentuais para cotas raciais para candidatos negros ou pardos como é o caso do Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e recentemente o Maranhão. No Rio Grande do Sul, a lei prevê a reserva de 15% das vagas para negros, pardos e indígenas de todos os concursos da administração pública direta e indireta de todos os poderes do Estado. No Paraná são 10% para negros; no Mato Grosso do Sul são 10% para negros e 3% para índios, e no Rio de Janeiro são 20% para negros e índios.

Percebe-se que garantir direito não é só ter uma lei aprovada, é necessário que o legislador utilize-se do senso crítico para analisar e projetar as interpretações, bem como sua aplicabilidade para torna-la efetiva, assim positivá-la diante das mais diversas manifestações sem deixá-la ampla, e assim não garantir nenhum direito.

Ressalta a importância do princípio da vinculação ao edital em que os organizadores e as bancas examinadoras dos concursos públicos federais devem se pautar para vinculação aos termos do instrumento de convocação para o certame público, sob pena de nulidade do ato extravagante praticado.

O Superior Tribunal de Justiça já tem esclarecido em várias situações a partir de casos concretos de que o edital é a lei do concurso e, sendo assim, suas regras obrigam tanto a Administração Pública, quanto os candidatos, até para evitar insegurança jurídica, surpresas ou favorecimentos. Nesse sentido, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE PERITO MÉDICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DIREITO À POSSE. EXIGÊNCIA DE RESIDÊNCIA MÉDICA E/OU DE TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO PREVISTA NO EDITAL. ART. 9º, § 1º, DA LEI N. 10.876/2004. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. Se a Lei n. 10.876/2004, que criou a carreira de Perícia Médica da Previdência, previu a possibilidade de o regulamento estipular outros requisitos para ingresso no cargo, válida a exigência, constante do edital do certame, de que o candidato apresente certificado de residência na área ou de especialista. Precedente. 2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o edital é a lei do concurso e de que suas regras obrigam tanto a Administração quanto os candidatos, em atenção ao princípio da vinculação ao edital. 3. Na espécie, correta a denegação da segurança pela instância ordinária, visto que não foram comprovadas a liquidez e a certeza do direito invocado pelos candidatos. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1124254/PI, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 29/04/2015). Grifo do autor.

Como visto acima os editais que inauguram o procedimento de verificação de cor são incidentais, sendo que, nos editais de abertura dos concursos, sequer há, em regra, previsão deste procedimento. Assim, se não constou qualquer previsão a respeito da fase denominada de procedimento administrativo de verificação da condição de candidato negro no edital de abertura do concurso público, não pode este ser criado em meio a este, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao edital.

Ressalta-se que a previsão genérica de que, na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato seria eliminado do concurso não é suficiente para se atender o princípio da vinculação ao edital. Esta genérica previsão, de mesmo teor do art. 2º, parágrafo único, da Lei 12.990/2014, jamais leva a crer que será criada uma verdadeira etapa no certame público com a finalidade específica e avaliar se o candidato era preto ou pardo, procedimento tão sério que jamais poderia passar despercebido ou colocado como implícito em um edital de concurso

Então, a lei nº. 12.990 foi idealizada, aprovada e publicada para corroborar em reduzir as desigualdades sociais por meio de políticas públicas como ação afirmativa no combate à discriminação racial, isso de forma efetiva e imediata aos destinatários da norma, mas para torna-la suscetível destas pretensões ainda há que se elaborar, aprovar e publicar um regulamento que determine requisitos que contemplem análises de exames para verificação tanto dos caracteres genótipo e fenótipo dos candidatos que se inscreverem nas cotas raciais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A finalização de um trabalho leva a uma expectativa de conclusões sobre o processo estudado que nem sempre são possíveis ante a amplitude dos problemas que surgem no decorrer da pesquisa. Isso é muito recorrente nas pesquisas sobre a questão racial, que demanda uma leitura interdisciplinar que envolve a antropologia, a linguística, a história, a política, a economia e o direito com diversas legislações que faz menção aos temas pertinentes ao Instituto da Autodeclaração.

Dessa forma, apresenta-se aqui as conclusões baseadas em uma análise que tem seu campo de produção muito delimitado, que é o da aplicação da Lei nº. 12.990/2014, que se refere a cotas raciais em concursos públicos federais como parte englobante, o das políticas públicas.

Não é uma tarefa fácil estudar um objeto particular, como é o Instituto da Autodeclaração para os povos afrodescendentes em uma sociedade organizada pela lógica da mercadoria que leva à competição e visa à homogeneização das relações sociais, integrando e ou descartando tudo o que difere desta ordem.

Tentar apreender as amplas determinações que envolvem o objeto de pesquisa por meio de uma abordagem que considere a totalidade permeada pelas particularidades nos coloca diante de muitas contradições com a referida pesquisa que configurou-se como um desafio, sobretudo ao considerar as especificidades étnicas, culturais e sociais que os afrodescendentes, enquanto grupo minoritário, têm em relação ao Estado capitalista .

Entende-se que as ações afirmativas, em seus diferentes níveis, é um desses desafios, pois leva a o questionamento dos princípios constitucionais de reprodução em vigor e as múltiplas possibilidades de inclusão dos afrodescendentes no mercado de trabalho.

Desta concepção advêm algumas indagações tais como: o que as ações afirmativas têm buscado para efetivação da lei 12.990/2014? Tendo em vista que o país possui uma minoria branca, logo qualquer candidato poderia se inscrever e realizar a autodeclaração como negro ou pardo para disputar as vagas reservadas nos concursos federais para os afrodescentes? Seria o espaço de fortalecimento para a reafirmação da identidade étnica?

Neste sentido, a realização da presente pesquisa teve como objetivo central analisar o contexto, os fundamentos e as razões que justificam o instituto da Autodeclaração prevista no art. 2º da Lei 12.990/14 sob a ótica dos princípios da verdade real, da igualdade, da isonomia e da dignidade da pessoa humana perante aos 20% das vagas destinadas aos pretos e pardos nos concursos públicos federais.

A problematização enfrentada foi de acordo com a interpretação gramatical do referido artigo de lei e da exposição de doutrinadores sobre o assunto, o termo autodeclaração, em regra, apresenta caráter subjetivo, muito mais pessoal do que legal, pois o procedimento de se autodeclarar pretos ou pardos devem estar em consonância com os critérios utilizados pelo IBGE. No entanto, tal vinculação, erigida legalmente ao patamar dos princípios de isonomia e dignidade da pessoa tem sido alvo de discussão doutrinária e decisões jurisprudenciais encaminhando-se no sentido de que qualquer um pode se candidatar às vagas destinadas aos negros e pardos. E que sua aprovação vai depender se optou pela vagas de pretos e pardos.

Diante desta problematização percebe-se que apesar da ausência de uma normatividade mais específica sobre o tema e de uma posição jurisprudencial consolidada fica a cargo do candidato, tão somente o único responsável em sua declaração. E alguns certames as bancas examinadoras criaram comissões que analisavam a veracidade das informações prestadas pelos candidatos a partir de documentos, fotos e entrevistas.

Observou-se, no decorrer do presente trabalho, que em nosso país não houve e nem há um sistema segregacionista, com a divisão de nossa sociedade em brancos e negros, mas sim em pobres e ricos, de modo que o modelo de ação afirmativa adequado à nossa realidade deve levar em consideração tal fator e não a cor da pele como pregam as cotas raciais.

E esta norma que já se encontra em vigor tem validade de dez anos, portanto compreendida no bojo das ações afirmativas enquanto gênero estão em consonância com o princípio da isonomia e seu escopo de promover a igualdade substancial entre os indivíduos. Logo, à análise da constitucionalidade em relação à lei que determina aos candidatos uma vez inscritos participarão da concorrência em dupla lista, isto é, concorrerão concomitantemente às vagas reservadas às cotas e às vagas destinadas à ampla concorrência, o que possibilita a nomeação de um maior número de candidatos negros.

Devido as diferentes interpretações, muitos candidatos buscam assegurar seu direito no judiciário, e nesta linha reivindicatória insurge os líderes dos movimentos negros e outros que comungam da mesma ideia para que com certa urgência o Governo Federal crie um regulamento que estabeleça requisitos aos candidatos para poderem se inscrever nas cotas reservadas aos negros e pardos nos concursos federais, e claro se for implementado este regulamento na jurisdição do Executivo Federal, os demais entes que implantaram leis análogas aos das cotas raciais em concursos também adotar-se-ão ou farão ressalvas.

Não deve ser compreendido com insistência, ou que está se batendo na mesma tecla, pois esta a pesquisa vem para ratificar as propostas de alguns juristas, de que a lei está muito abrangente, e que da forma como se encontra fica desproporcional às bancas de concursos ficarem elaborando editais que delimitem que irá ou não ser aprovado nas vagas das cotas raciais., ferindo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, já que o critério estabelecido pelo IBGE mencionado na lei exigindo apenas que os interessados ao fazerem suas inscrições preencham o interesses em disputar as vagas para os negros e pardos.

Não basta que analisar o fenótipo do candidato, e afirmar ou negar que seja negro e que dar a oportunidade de recurso. A motivação é indispensável e é ela que permite o controle do ato administrativo pela própria Administração e pelo Judiciário.

Portanto, é necessário que a regulamentação da Lei nº 12.990 possibilite o reconhecimento da raça tanto pelo Fenótipo como pelo Genótipo para que erradique de vez a discriminação racial. E, assim possa de fato fazer justiça na forma de compensação dos anos de escravidão em que os burgueses e grandes produtores lucraram com o comércio escravocrata.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Z. O negro na universidade: o direito à inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano IV, n. 40, set. 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/040/40caraujo.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ATCHABAHIAN, S. **Princípio da igualdade e ações afirmativas**. 2. ed. São Paulo: RSC, 2006.

BARROS, E. S.; BARROS, C. C. R.; RÊGO, B. F.. **As ações afirmativas e seus aspectos jurídicos e sociais**: o caso das cotas para afro-descendentes nas universidades públicas brasileiras. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/revfd/article/viewFile/9887/6760>>. Acesso em: 22 maio 2016.

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas. Rio de Janeiro: Renovar, 2000,

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BOXER, Charles R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana**. Brasília, Ministério da Educação, 2004. Disponível em [www.mec.gov.br/cne](http://www.mec.gov.br/cne). Acesso em: 15 maio 2016.

BRANDÃO, B. C. M. **Constitucionalidade das políticas de ações afirmativas em favor dos afrodescendentes**. Disponível em: <http://www.ideario.org.br/neab/kule1/Textos%20kule1/bruno%20cesar%20moura.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.



BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR FEDERAL. MS 33072, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 07/08/2014, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13/08/2014 PUBLIC 14/08/2014.) Disponível em <[http://www.tst.jus.br/documents/guest/LEGISLA%C3%87%C3%83O/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20DE%20PESSOAL/2014/M%C3%AAs%2005%20-%20Maio/STF%20-%20MANDADO%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20%20N%C2%BA%2032.907,%20DE%2024-5-2014\\_DJE%205-5-2014](http://www.tst.jus.br/documents/guest/LEGISLA%C3%87%C3%83O/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20DE%20PESSOAL/2014/M%C3%AAs%2005%20-%20Maio/STF%20-%20MANDADO%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20%20N%C2%BA%2032.907,%20DE%2024-5-2014_DJE%205-5-2014)>. Acesso em: 30 abr 2016

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa. JOAO PESSOA, 18 de Janeiro de 2016 ADRIANO MESQUITA DANTAS. Juiz do Trabalho Substituto. RTOrd 0131622-23.2015.5.13.0025 Disponível em: <<http://www.megajuridico.com/wp-content/uploads/2016/01/juiz-considera-inconstitucional-cota-negros-concurso.pdf>>:. Acesso em: 14 maio 2016.

BRASIL, TRIBUNAL DO TRABALHO DO PARANÁ - Órgão Especial - MSOE - 1302909-3 - Curitiba - Rel.: Regina Afonso Portes - Por maioria - - J. 18.05.2015) Disponível em: <http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/192175263/mandado-de-seguranca-ms-13029093-pr-1302909-3-acordao>. Acesso em: 14 maio 2016.

BRASIL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO. AgRg no REsp 1124254/PI, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 29/04/2015) Disponível em: <http://sistemadje.tjmt.jus.br/publicacoes/9571-2015.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**, de 20 de julho de 2010

BRASIL. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos federal. **Lei nº 12.990**, de 9 de junho de 2014.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos Deveres**, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DECLARAÇÃO dos Direitos do homem e do Cidadão. In: **Textos Básicos sobre Dere-chos Humanos**. Madrid: Universidad Complutense, 1973. Traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva apud FERREIRA Filho, Mano el G. et. all. Liberdades Públicas. São Paulo: Ed. Saraiva, 1978.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo**: racismo e anti-racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 3.

FAUSTO, Boris. **História Do Brasil**. São Paulo: Edusp, 13ª Ed. 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: EDUSP, 1965.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FICK, Carolyn. **Camponeses e soldados negros na Revolução de Saint-Domingue**: reações iniciais à liberdade na Província do Sul (1793-1794). In: KRANTZ, Frederick (org). *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Tradução. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1990, 211-226.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva**. Cadernos do CEJ. v. 24. Art. 04. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo04.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003a.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950**. Afro-Ásia, n. 29/30, p. 247-269, 2003b.

HÔFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos ; unia história** / Lynn Hunt ; tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com\\_content&view=article&id=653](http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=653)>. Acesso em: 21 abr. 2016.

Lamounier (1976, p. 29), **sobressaiu a justificativa oficial referente à exclusão do quesito**. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). **Base de dados do Programa IFP Brasil**, São Paulo, 2004.

LIMA, Antonio Carlos de Souza Lima. **Educação Superior para Indígenas no Brasil: sobre cotas e algo mais**. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

LOW-BEER, Jacqueline. **O Estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997)**. Disponível em:  
<[http://vsites.unb.br/ih/novo\\_portal/portal\\_gea/lsie/revista/arquivos/volume\\_5\\_numero\\_2\\_2002/e\\_g\\_2002\\_v5\\_n2\\_065\\_100\\_lower\\_beer.pdf](http://vsites.unb.br/ih/novo_portal/portal_gea/lsie/revista/arquivos/volume_5_numero_2_2002/e_g_2002_v5_n2_065_100_lower_beer.pdf)>. Acesso em: 10 abr 2016.

MENEZES, de Jaci Maria Ferraz de **A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE**, Revista HISTEDBR On-line Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009 - ISSN: 1676-258483 **ABOLIÇÃO NO BRASIL**: Disponível em:  
<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07\\_36.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf)>. Acesso: 05 de maio 2016

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Tomo IV .Coimbra:Coimbra, 1991

MONTEIRO, A. C.; BARRETO, G. P.; OLIVEIRA, I. L.; ANTEBI, S. **Minorias étnicas, linguísticas e religiosas**. Disponível em:  
<<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/minorias.html>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: EDUSP, 1998.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: BERNARDINO, Joaze et al. **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.  
PETRUCCELLI, José Luis. **A cor denominada– Estudos sobre a classificação étnico-racial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

\_\_\_\_\_. **Políticas de ação afirmativa e classificações da cor: usos e abusos da estatística**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 26, nº 1, 2004, PP. 7-25.

\_\_\_\_\_. **A declaração de cor/raça no Censo 2000: um estudo comparativo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Textos para Discussão, 6).

PIZA, Edith e ROSEMBERG, Fúlvia. **Cor nos censos brasileiros**. In: Iray Carone (org.) **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2003.

PÓLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2001. Disponível em:  
<<http://www.comitepaz.org.br/download/Direitos%20Humanos%20e%20Pol%C3%Aaticas%20P%C3%BAblicas.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 8, n. 8, 2011  
**AÇÕES AFIRMATIVAS COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO DAS MINORIAS**

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

SCHWARTZMAN, S. **Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, n. 55, p.83-96, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, Edmar José da. **Autodeclaração de cor e/ou raça entre alunos (as) paulistanos (as) do ensino fundamental e médio: um estudo exploratório**. São Paulo: PUC-SP (dissertação de mestrado), 2005.

ROCHA, Edmar José da e ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 752-799, set./dez.2007.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Ação afirmativa**. O conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. Disponível em:  
 <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/176462/1/000512670.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ROMÃO, Jeruse (Org)..**História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Mariléia dos Santos Cruz:Uma abordagem sobre a história da educação dos negros; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Vocabulário racial na legislação brasileira de Promoção da igualdade racial**. São Paulo:FCC/mimeo, 15 páginas, 2005

SAES, Laurent Azevedo Marques. **A Primeira Abolição Francesa da Escravidão (4 de Fevereiro de 1794)** O Problema Dos Regimes De Trabalho: in: REVISTA DE HISTÓRIA SAECULUM – Revista De História [29]; João Pessoa, Jul./Dez. 2013 – Disponível em:  
 <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/19812/10947>>. Acesso em 10 abr. 2016.

SANTOS, Clarice Nascimento dos. **Ações afirmativas e a política de cotas à luz do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana**, Santa Catarina, 2008 REVISTA DO CURSO DE DIREITO 136 • Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 8, n. 8, 2011p. 47. Disponível em:  
 <[http://portal2.unisul.br/content/navitacontent/\\_userFiles/File/pagina\\_dos\\_cursos/direito\\_tubarao/monografias\\_2008a/Clarissa\\_Nascimento\\_dos\\_Santos.pdf](http://portal2.unisul.br/content/navitacontent/_userFiles/File/pagina_dos_cursos/direito_tubarao/monografias_2008a/Clarissa_Nascimento_dos_Santos.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação**: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

SHERIFF, R. E. **Como os senhores chamavam os escravos**: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (orgs). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, cap.6, p. 213-244.

SILVA, Marcos Rodrigues da. **O Negro no Brasil**: História e Desafios. São Paulo: FTD S.A. São Paulo, 1987.

SILVA, de Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Marcos Rodrigues da. **O Negro no Brasil**: História e Desafios. São Paulo: FTD S.A., 1987.

SILVERIO, V. R. Affirmative action in the United States and India: a comparative perspective. **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000200017-&script=sci\\_arttext#nt01](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000200017&script=sci_arttext#nt01)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. (Orgs). **De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos, São Paulo, Ed. UFSCar, p. 321-341, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ação Afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219 - 246, nov. 2002.

\_\_\_\_\_. **Sons negros com ruídos brancos. Racismo no Brasil**, São Paulo, Peirópolis, ABONG, p.89-104, 2002

SOARES, Sergei. **A demografia da cor**: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, Mário (org.) et ali. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2003.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Disponível em:

<[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2016.

VIEIRA, R. E. **Políticas públicas e administração pública democrática no Brasil.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/politicaspublicas-e-administracao-publica-democratica-no-brasil/25725/>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

ZONINSEIN, Jonas. **Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento:** um novo papel para as universidades públicas como gerenciadores da ação afirmativa no Brasil? *Econômica*, v. 6, n. 1, Rio de Janeiro, junho, 2004.